



ATA NÚMERO 18

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 ABRIL DE 2016

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, Dinis Mesquita, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Raimundo Magalhães, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira e Pedro Barros, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Sílvia Mota**, Octávia Manuel Clemente, **António Magalhães Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, **Alcino Carvalho**, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, **Joaquim Augusto Teixeira**, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo

VILA CAIZ– António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique
Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E
GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI
– Ângelo Magalhães
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –
Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Alexandra Matias, Fernando Miguel Sousa Cardoso, Fernando José Moura e Silva, Rita Brochado Batista, Maria José Castelo Branco.

Nesta reunião tomou posse o senhor Alcino Manuel Vaz Pedro de Carvalho, que substituiu o senhor Fernando José moura e Silva.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião ordinária de 26 de fevereiro. O senhor deputado António Araújo solicitou algumas correções que foram de imediato efetuadas. Passou-se então à votação da referida ata. De acordo com o novo Código de Procedimento Administrativo não votaram esta ata os senhores: Alcino Carvalho, António Magalhães Teixeira, Hugo Carvalho, Helena Portela, Lúcia Coutinho, Luís Carlos Costa Dinis, substituto da senhora Presidente de Junta de Freguesia de Rebordelo e António Gomes Pinheiro, pelo facto de não terem estado presentes na reunião de 26 de fevereiro último.

Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Foi também dado conhecimento da correspondência recebida até à data da realização da reunião. Confrontado com um pedido de alteração de atas por parte de um cidadão amarantino, pedido esse que oportunamente será decidido, o senhor Presidente leu-o aos presentes.

Foi também entregue aos líderes parlamentares um subscrito com o mesmo pedido.

Deu ainda entrada na mesa da Assembleia uma Moção apresentada pelo líder do CDS/PP. Perante esta Moção e atento o disposto no artigo 17º, do Regimento, o Presidente da Assembleia começou por considerar que, primeiramente, deve ser votada a sua admissão, seguindo-se, se for o caso, a sua discussão e votação de mérito.

Foi então dada a palavra a um dos proponentes, o senhor deputado **ANTÓNIO TOMÁS** que no uso da palavra disse que propunha que fosse discutida e votada. Usaram ainda da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, a senhora deputada disse que “ não querendo pôr em causa a oportunidade para a discussão do tema, mas sem termos uma cópia não parece fácil discutirmos a moção. No futuro, pode até ser agendado dada a

importância do assunto. Penso que a maioria dos deputados não está preparado para discutir esta matéria”.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra, disse que há na apresentação da Moção apenas um erro de forma. Devíamos colocar em primeiro lugar a questão da admissão ou não da Moção. Só depois é que iniciariamos a discussão.

ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

No uso da palavra disse que este documento é importante e que só agora é que teve conhecimento dele, por isso não foi distribuído. Vamos pôr à discussão, primeiro a admissão. Se os senhores deputados entenderem que não é oportuno discuti-lo, não o admitem à discussão.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que o documento deve ser submetido à votação sem discussão, porque na minha opinião enquadra-se na alínea que o senhor Presidente leu do regulamento. Aliás, vem na senda de muitos outros que anteriormente foram discutidos. O senhor Presidente assim não entende, mas de todo modo eu não vejo qual a dificuldade em discutir um assunto deste tipo. A Moção é expressa e clara. Já se leram aqui dezenas de Moções, inclusive assinadas aqui, de uma cadeira para a outra entre os grupos parlamentares, nomeadamente no assunto do Tribunal, onde o PSD votou contra o mapa judiciário, com o governo PSD e agora com o governo PS mudam os procedimentos? A Moção deve ser admitida.

Se não o for, é nitidamente um desvio para que as pessoas não tenham de tomar decisões difíceis.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que nada a move contra a Moção. O Partido Socialista não disse que ia votar contra a Moção. Apenas não lhe conhece o teor. Pelos vistos o Movimento também não. O que nós queremos é ter conhecimento dela antes de a podermos discutir. Tão só.

Por sua vez, o senhor Deputado **ANTÓNIO ARAÚJO** usou da palavra para pedir à Mesa que suspenda os trabalhos pelo tempo que considerar suficiente e que apresente o texto aos líderes. O PSD teve efetivamente, ontem, oficiosamente, conhecimento do texto ao fim da tarde.

ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O Senhor Presidente, no uso da palavra disse que a primeira votação que vai ser feita é para a Assembleia se pronunciar se considera, ou não, a figura da “Moção” integrada em qualquer das figuras regimentais previstas na alínea c), do nº 2 do artigo 17º, do Regimento. Se sim e de acordo com o disposto na alínea d), do mesmo nº. 2. ela será obrigatoriamente admitida e votada sem discussão, podendo, apenas, o seu proponente, ou o representante dos proponentes usar da palavra por um período máximo de dois minutos, para melhor a explicitar, ou defender.

O que a Mesa vai pôr à votação é o seguinte: Consideram que a Moção se enquadra na alínea c) do número 2 do artigo 17º do Regimento e é uma dessas figuras? Quem assim entender que vote. Foram apurados 22 votos.

Quem não entender que se enquadra que vote: 2 votos.

A Assembleia, em número de 26 abstiveram-se.

Concluído este processo, a Assembleia decidiu que a Moção se enquadra e sendo assim um dos subscritores terá um tempo de 2 minutos para a apresentar. Foi então lida por um dos subscritores, o senhor António Tomás.

Moção

“Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo

O CDS/PP aproveita este momento da Assembleia Municipal de Amarante para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação.

Vila Meã tem uma longa história no que diz respeito ao ensino não Estatal que presta serviço público de educação. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos.

No nosso concelho temos uma escola que, não sendo do Estado, é da Comunidade. Falo da Sociedade de Ensino Central Vilameanense, SA vulgo Externato de Vila Meã que se localiza na freguesia de Vila Meã Esta escola nasceu e cresceu numa zona do concelho onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade do Estado. Durante anos fez um caminho de crescimento e fortalecimento da Educação nessa zona do concelho.

Mas esta escola tem uma característica única no nosso concelho que é o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora sendo uma escola privada, faz oferta de ensino público.

É unânime que o trabalho desenvolvido por esta escola é de grande qualidade. Isto está plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades existentes nas freguesias das quais provêm os seus alunos.

Com a atual equipa governativa foi declarado o ataque a este sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante cerca de 50 anos é agora ignorado e atacado, com possibilidade de corte de turmas que poderão rondar os 50%.

Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade de três anos a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro, o atual executivo vem agora defraudar estas expectativas. Este é um ataque de morte ao Ensino Particular e Cooperativo e que poderá levar à extinção de muitas destas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos às famílias e à comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários

O Governo pretende assim acabar com a escolha dos alunos, criando enormes prejuízos para o seu percurso educativo e obrigando a transferências em massa para outras escolas que mesmo não sendo a sua primeira escolha, não estão localizadas em áreas geográficas acessíveis.

Estão em causa dezenas de postos de trabalho nesta escola, desde docentes e não docentes, podendo no limite levar ao encerramento do estabelecimento de ensino, por falta de viabilidade financeira.

E é todo um concelho que fica mais pobre e com mais desemprego. Mas é especialmente uma freguesia que tem um núcleo de serviços e pequenos negócios ancorado nesta escola que vai morrer. Está em causa muito mais que uma deslocação de alunos; é toda uma comunidade que é atacada.

Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta. É demasiado grave para o nosso concelho, pois além de uma escola com o prestígio que tem a Sociedade de Ensino Central Vilameanense, SA vulgo Externato de Vila Meã, é toda uma dinâmica cultural e económica, criada na freguesia de Vila Meã e vizinhas, que se vai perder.

Este foi apenas um ponto que quisemos acrescentar a esta Assembleia Municipal, e deixamos aqui o compromisso de que, através dos nossos Deputados na Assembleia da República, iremos bater-nos para que estes projetos educativos tenham futuro e evitar o ataque a toda uma comunidade.

Assim a Assembleia Municipal de Amarante reunida em Sessão no dia 30 de abril delibera:

- 1- Que, **em nome da liberdade de escolha de ensino e da liberdade das famílias poderem escolher os projetos educativos que mais se adequam aos seus filhos**, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, seja respeitado o concurso público realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso;
- 2- Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa da Sociedade de Ensino Central Vilameanense, SA vulgo Externato de Vila Meã;
- 3- Que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República”.

De acordo com a deliberação anteriormente tomada passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 19, Abstenções – 5, Votos a favor – 26.**

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** fez uma declaração de voto, dizendo que queria que ficasse em ata o seu voto contra, “porque desconheço em absoluto a matéria em questão e não costumo votar qualquer assunto que não domine sem uma prévia discussão”.

O senhor Deputado **ANTONIO ARAÚJO**, do **PSD**, fez também uma declaração de voto, tendo dito que “concordamos inteiramente com o teor da Moção, estando evidentemente preocupados com a possibilidade do atual governo vir a afetar a educação e a economia local, nomeadamente o Externato de Vila Meã, cujo trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos em prol do ensino merece o nosso maior respeito e consideração”.

O senhor deputado **JORGE PINTO** do **PS** disse também que a sua abstenção aconteceu pelos mesmos pressupostos apontados pelo senhor Presidente da Assembleia, que votou contra. Porventura estaremos aqui a aprovar uma Moção que neste momento é um não assunto, porque tanto quanto sei não existe nenhuma legislação publicada. O que sabemos é que foram feitas algumas reuniões entre governantes e as organizações sindicais e os representantes do ensino particular onde o assunto foi abordado. Confesso que o conhecimento que eu tenho e a minha orientação vai no sentido da justeza de que o Governo, qualquer que ele seja, honre o compromisso e o acordado que porventura estava feito para três anos. É essa a minha expectativa a bem do bom nome e da boa fé.

Usou de seguida a palavra a senhora Deputada **OCTÁVIA CLEMENTE** do **PS**, que disse que o voto da sua bancada vem na sequência daquilo que foi dito antes. Não tiveram oportunidade de analisar o assunto. A bancada do PS não está hoje preparada para discutir o que quer que seja. Não se vai pronunciar sobre intenções que não sejam já claras e objetivas. Obviamente que não está aqui em causa a atuação que tem sido feita pelo Externato de Vila Meã, porque todo o trabalho que tem feito é reconhecido pela bancada do PS. Foi a solução encontrada num local onde não existia nem existe escola pública. Portanto, isso são questões que nos preocupam e a seu tempo, com conhecimento efetivo das propostas, o PS pronunciar-se-á sobre as mesmas.

Por sua vez, o senhor Deputado **ANTÓNIO TOMÁS** do **CDS/PP**, usou de novo da palavra para dizer que votaram favoravelmente porque “mais vale prevenir do que remediar. Na prática, é isso que estamos a fazer”.

A senhora deputada **SARA MAIA** do **PS**, justificou a sua abstenção dizendo que no seu entender a Moção não se enquadra em nenhuma das alíneas do regulamento. Recuso-me a discutir qualquer assunto relacionado com Vila Meã, porque é onde eu vivo e sobretudo ao Externato de Vila Meã, instituição que eu respeito muito e na qual eu estudei durante sete anos e onde sempre fui muito bem

acolhida. Este assunto merece uma reflexão e um estudo. A minha abstenção deve-se ao facto de não ter conhecimento de causa. Eu lamento o facto de não ter sido distribuída a Moção à bancada do PS, porque era de toda a pertinência. Daí a minha abstenção.

Por último o senhor Deputado **RUI MIGUEL BORGES** do Movimento Amarante Somos Todos, justificou o voto da bancada dizendo que “estão solidárias com o Externato de Vila Meã. Daí o sentido de voto da bancada”.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra, relativamente a este assunto, passou-se então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra neste período os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra o senhor deputado alertou o senhor Presidente da Câmara para a existência de uma pequena parcela de terreno entre o hotel Navarras e o novo prédio recentemente ali construído, parcela essa a ser ocupada desordenadamente e a merecer ser arranjada.

Perguntou de seguida para quando o arranjo da coluna de iluminação que se encontra na rua paralela ao mercado municipal. Está há muito tempo sinalizada com fitas mas tarda em ser colocada ali uma nova.

Referiu ainda a falta de instalações sanitárias públicas ao longo da cidade, principalmente para utentes em cadeiras de rodas. O que pretende a Câmara fazer para tentar resolver este problema?

Terminou a intervenção perguntando ainda ao senhor Presidente da Câmara se já nos podia dar os resultados da reunião que em tempos disse que ia agendar por causa do VIA?

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra começou por referir-se à ecopista e à sua falta de manutenção. Verificou uma falta de cuidado na limpeza e corte da vegetação. Há ainda colunas de iluminação que não funcionam. Perante tudo isto, não faz muito sentido ter um grande cartaz a anunciar “Amarante Cidade Desportiva”, quando se tem uma ecopista naquele estado. Que Amarante seja uma cidade desportiva parece-lhe bem. Podia ser melhor a começar pelo arranjo da ecopista. Estes pequenos pormenores são importantes para algo que não está verdadeiramente enquadrado.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor Presidente da assembleia que o artigo 26 do Regulamento da Assembleia, permite que qualquer membro da assembleia possa apresentar uma declaração do seu sentido de voto.

O senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que a justificação para a justificação no voto a favor está justificada na própria deliberação que se toma. A justificação do voto contra é para quem vota contra, e não responsabiliza quem a toma. Se for ver a legislação vê que em decisões ilegais, quem vota contra só se exime da responsabilidade se justificar o voto. Perante estas palavras, o senhor Deputado disse-lhe que se assim fosse tínhamos de alterar o artigo 26 do regulamento, artigo este que lhe parece muito claro. O senhor Presidente da Assembleia disse-lhe que o artigo é inócuo e que por estar em abundância não prejudica.

O senhor deputado continuou a sua intervenção para dizer que: “estive cá em Amarante um senhor Dr. Manuel Pizarro que é o Presidente da Federação Distrital do Porto, que penso que é socialista, embora ao que eu tenho conhecimento tem por hábito apoiar independentes e segundo o que li prepara-se para apoiar o Dr. Rui Moreira a candidato à Câmara do Porto. Fiz também uma pesquisa e verifiquei que foi membro da Assembleia de Freguesia de Ramalde, entre 1983 e 1997 nas listas da

CDU. É agradável ver toda esta diversidade. Mas o que é grave, é que ele veio cá desrespeitar Amarante. E veio cá desmentir a posição dos senhores membros do Partido Socialista que diziam que foi o nosso Governo que encerrou o comboio. Ele veio desmenti-los. Então não é que para ele o comboio é uma daquelas propostas eleitorais ridículas. Ou seja, para ele o comboio em Amarante é ridículo. Mas afinal os senhores membros do PS foram quem disseram que foi o nosso Governo que encerrou a linha. Nós sempre dissemos que foi o vosso Governo e agora constatamos que sempre foi isso que esteve em mente no âmbito do Partido Socialista. Depois vem o Dr. Manuel Pizarro, uma pessoa que com a responsabilidade que tem, para confirmarmos exatamente isso, dizendo que o comboio em Amarante é uma coisa ridícula e ainda por cima, e muito mais grave, desrespeitando o senhor Presidente da Câmara de Amarante.

Podia ter desrespeitado o PSD ou a mim, mas não. Desrespeitou expressamente o Presidente da Câmara de Amarante, dizendo: - digam a esse Presidente da Câmara de Amarante que vá de carrinho de rolamentos. Aham que são palavras para se dirigirem a um Presidente da Câmara de Amarante? É o Presidente da Câmara de Amarante. Não é o José Luís Gaspar nem outro elemento qualquer do PSD. Afinal o comboio era ridículo, foi o PSD que encerrou a linha mas, já a Dra. Paula Vitorino que é a atual Ministra do Mar, que agora já não tem a ver com comboios dizia em 2009, - "Que se reuniu hoje com os autarcas de Amarante e Marco de Canavezes e Presidentes de Junta de Freguesia servidos pela Linha Férrea, reafirmou com base no relatório que lhe foi entregue na semana passada pela REFER que a linha, 12 Kms de linha entre Livração, linha do Douro e Amarante, não tinha condições de segurança para se manter aberta". Isto em 2009. Os carris e as travessas estão em profundo estado de degradação frisou. Dentro de quatro meses – e estou a citar- teremos a obra a iniciar e a estimativa que temos da suspensão do serviço é de cerca de dois anos, afirmou a Secretária de Estado que adiantou que a REFER vai tentar encurtar aquele prazo. Continuo a citar – temos de pôr uma linha capaz, segura, que quando reabrir preste um melhor serviço e uma melhor coordenação com os comboios que vão para o Porto e ainda com comboios mais confortáveis, afirmou Ana Paula Vitorino. Ela podia ter dito isto ou então, penso eu, o Secretário de Estado da Saúde Manuel Pizarro, porque afinal para esta senhora o comboio em Amarante não era uma coisa ridícula. Mas afinal, apesar disto tudo ele veio cá dar o veredito. A verdade é que muitos senhores socialistas, ouviram e nada disseram. Portanto são coniventes com o comboio em Amarante ser ridículo. Mas disse mais coisas, algumas delas grandes asneiras que eu nem me atrevo a dizer. Demonstrou que tem uma ignorância total acerca de Amarante. Por exemplo, disse que na cidade do Porto não há nenhuma referência à exposição de Amadeo no Grand Palais em Paris e que a Câmara não fez nada e que só lá foi visitar o museu. Ele não deve ter visto o documentário. Então se não havia nenhuma referência no Porto, quem é que foi dizer ao Dr. Rui Moreira que a exposição existia porque ele esteve lá. Afinal quem é que lhe foi dizer? Depois também falou do hospital para dizer mais asneiras. Ficamos a saber, pelo menos uma das razões porque é que o hospital funciona mal, é que o senhor disse que esteve associado ao projeto do hospital e à sua programação. Com tal associação deu no que deu. E neste aspeto, alguém podia ter dito ao Dr. Manuel Pizarro que ao contrário do que afirmou, há transporte público para o hospital e nomeadamente o VIA, e que foi este Executivo que o implementou. Enfim, penso que foi mau de mais e foi lamentável e porventura há muita gente que ouviu e não se devia ter calado.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que não esteve no evento onde se falou da linha do Tâmega. De qualquer das formas, não tendo estado no evento, nem conhecendo as

declarações do Dr. Manuel Pizarro, eu diria, porque tenho esse grau de independência, eu não acho ridículo o comboio em Amarante. Eu, que tenho protagonizado esse debate na Assembleia Municipal, não posso ser incoerente. De qualquer das formas não conheço o teor porque não estive presente nesse evento.

De seguida disse que em 2014 tivemos aqui a primeira fase da ARU. Estamos em 2016 e por isso gostava de saber em que fase se encontra. Perguntou ainda se as obras das escolas P3 se encontrarão concluídas no início do próximo ano escolar?

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que lamentava que os assuntos que o PSD tenha para discutir do Período de Antes da Ordem do Dia sejam assunto de iniciativa partidária, o almoço do 25 de Abril do Partido Socialista, e não se discuta aquilo que é importante para o Município. Relativamente à questão que aqui foi levantada, as declarações do Dr. Manuel Pizarro, a direção da intervenção foi no sentido de que a competência do transporte ferroviário, é uma competência do Estado e não é uma competência da Autarquia. Foi nessa perspetiva que se falou e que foi feita a intervenção, designadamente a discussão, e do facto do partido que governa neste momento a autarquia em Amarante estar a fazer estudos em contramão daquilo que são os estudos e as políticas que estão definidas pelo Governo. Isso sim, é que merece uma reflexão séria. Ninguém da bancada do PS se revê no discurso que ter comboios em Amarante é algo ridículo. Devemos fazer uma discussão séria sobre a sua sustentabilidade que é isso que está aqui em causa.

Lembro que a senhora Secretária de Estado dos Transportes, suspendeu o comboio, depois da iniciativa que a Câmara levou a efeito e que surpreendeu os amarantinos, por questões de segurança, como aconteceu noutras linhas. E quem abandonou definitivamente os projetos e os estudos que estavam em curso foi o Governo de coligação PSD/CDS.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que realçava a diversidade de opiniões dos membros do PS. Afinal o senhor José Joaquim disse que não concorda como fecho da linha.

ALCINO CARVALHO – CDS/PP

No uso da palavra começou por dizer que ia colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara. Começou por perguntar ao senhor Presidente da Câmara em que ponto se encontra o hospital de Amarante, uma vez que todos sabemos que funciona mal, ou simplesmente não funciona. A Câmara tem feito alguma coisa para melhorar o seu funcionamento?

A segunda questão prende-se com o abastecimento de água a Amarante pelas Águas do Norte. Temos ouvido muitas reclamações, nomeadamente no que diz respeito às faturas. As faturas que as pessoas recebem não fazem qualquer sentido, porque umas vezes apresentam valores elevadíssimos que não correspondem à realidade e outras vezes apresentam valores que não sendo assim tão altos continuam também a não ser corretos.

A minha última questão prende-se com as últimas cheias no rio Tâmega e com o estado em que ficou a ínsua, que apresenta um elevado estado de degradação. Sei que as margens do rio e a ínsua, não são da jurisdição da Câmara, mas mesmo assim solicita à Câmara que logo que for possível faça uma limpeza.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que o PS é um partido plural. A Dra. Octávia esteve presente no evento. Eu não estive e como tal não conheço as declarações do Dr. Manuel Pizarro, mas no meu entender o comboio foi e é importante para Amarante,

ainda mais quando se trata de uma região de baixa densidade. A minha opinião é esta e vou mantê-la.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra perguntou se afinal o Dr. Manuel Pizarro falou ou não em proposta ridícula? Claro que falou. Eu tive o cuidado de ouvir as declarações. Para além do que disse, ainda enxovalhou o senhor Presidente da Câmara de Amarante. Não me quero imiscuir em reuniões políticas de nenhum partido, mas acho que não há nada que justifique a forma como o senhor Presidente da Câmara foi tratado. Em política não é tudo admissível.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra disse que as notícias vindas a público sobre a sustentabilidade da construção da barragem de Fridão ainda não tiveram nenhuma reação oficial do por parte do senhor Presidente da Câmara, que convictamente durante a campanha eleitoral sempre se opôs à construção desta infraestrutura. Ouvimos nos últimos dias através da comunicação social vários autarcas sobre o tema. Gostaríamos também de ouvir a opinião do senhor Presidente da Câmara. O PS de Amarante é contra a construção da barragem por isso vê com bons olhos a suspensão da construção da mesma. Estou convencido que esta suspensão se vai traduzir em cancelamento. Neste sentido, importa avaliar os impactos da construção da barragem do Alto Tâmega, a montante, por isso deve-se exigir já estudos ambientais para prever os impactos ambientais que a mesma possa causar, uma vez que os estudos que se conhecem são para a construção de todas as barragens que inclui a de Fridão e do Alto Tâmega.

Disse de seguida ao senhor Deputado Dr. Araújo que relativamente à construção do hospital, ela foi encabeçada pelo Dr. Armindo Abreu e que o Dr. Manuel Pizarro enquanto Secretário de Estado abraçou também este projeto. O hospital de Lamego também foi levado a cabo na mesma altura só com uma diferença, o de Lamego foi aberto no tempo do PS no Governo. O de Amarante foi aberto no tempo do PSD no Governo e o Programa Funcional está por cumprir. Esta é verdade. Aliás, nunca vi o senhor Presidente da Câmara mandar colocar no Relatório de Atividades nada a mencionar reuniões com o senhor Ministro da Saúde ou com o senhor Secretário de Estado a exigir que o Programa Funcional fosse cumprido. Eu sei que agora vão tentar, e nós também cá estamos para isso, para exigir que o Programa Funcional seja cumprido. É uma obrigação de todos nós exigí-lo. E também podemos contar com o apoio do Dr. Manuel Pizarro para que isso se cumpra. O silêncio foi muito enquanto o PSD esteve no Governo.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “senhor deputado saúdo a sua boa voz, mas eu também sei falar alto. Sabe senhor deputado, o senhor deve ter andado a dormir. Não há ninguém nesta terra, mas ninguém mesmo, que tenha defendido tanto o hospital como senhor Presidente da Câmara. Vá ver as atas, vá ver as entrevistas, vá ver os jornais. Isso está profusamente documentado. E foi quem mais alertou. Eu não sei quantas vezes veio cá o engenheiro Sócrates inaugurar o hospital, acho que foi mais que uma, mas que eu me lembre foi o engenheiro Sócrates que o inaugurou. Nessa altura até o Dr. Armindo Abreu e bem, disse ao engenheiro Sócrates o que é que estava mal, não foi o PSD.

O senhor deputado tem que se documentar bem se quiser falar com conhecimento de causa. Não é a falar alto que tem razão. Ficamos agora a saber uma coisa que espero que seja definitiva; o PS é contra a construção da barragem de Fridão. É que eu já ouvi várias versões. Já falamos aqui várias vezes nas posições do

PS relativamente a este ponto. A última que eu conheço é que era a favor da construção pelo interesse nacional. Eu tenho isso documentado. Era essa a posição, salvo erro do anterior Presidente da Câmara, que era a favor, depois de ter ouvido que não havia problemas de segurança. Isso está documentado. Se a Comissão Política do PS é contra a barragem, que se faça aqui hoje luz e que se fique a saber que é esta a posição definitiva. Nós, PSD de Amarante fomos sempre contra a construção, pelo menos desde que estou no Partido e nunca mudamos uma vírgula.

Quanto ao hospital, em tempos o então senhor Presidente da Câmara, nas diversas reuniões havidas com as entidades envolvidas no processo perguntava apenas: “vai haver melhor saúde em Amarante?”, obtinha como resposta que sim e dizia “então estou satisfeito”. Foi esta a única pergunta que se lhe ouviu. Quanto ao hospital, infelizmente não funciona bem e todos devemos lutar para que venha a funcionar bem. Mas agora, o Governo não é do PSD. O Governo é PS. Se o puserem a funcionar bem, sou o primeiro a tirar-lhes o chapéu. Já vi que as posições são diferentes quando está no governo o PSD ou o PS. Mas para nós não. Mesmo que o Governo fosse PSD, quando há assuntos importantes como foi hoje o do Externato de Vila Meã, nós não andamos à procura de motivos para admitir ou não uma Moção. Pomos os pontos nos iis, sempre por convicções e sempre por Amarante.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra o senhor deputado disse que a posição do PS relativamente à barragem sempre foi clara e foi tomada nesta Assembleia Municipal. Votamos aqui uma Moção clara que foi enviada ao governo da altura.

Relativamente ao hospital, há uma pequena diferença. O hospital de Lamego foi construído com o mesmo princípio, um hospital de proximidade está funcionar em pleno. O de Amarante, no seu programa funcional está contemplado com 430 trabalhadores e não ouve vontade política do anterior Governo para o cumprir.

Espero que este Governo tenha essa vontade política. O feedback que tenho é que vai ter. Não sei se será cumprido na totalidade, mas merecemos um hospital melhor.

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra disse que gostava que o senhor Américo Paulo explicasse como é que o hospital de Lamego funciona bem. A minha esposa esteve lá internada e aquilo que eu ouvi dizer do hospital de Lamego é o mesmo que ouço dizer do hospital de Penafiel. Isto é uma saga, porque tiram de um lado para pôr no outro. Alguém lhe deve ter dito que funcionava bem, mas como está longe não conhece bem a realidade.

AMÉRICO PAULO – PS

Usou de novo da palavra e disse que relativamente ao hospital de Lamego infelizmente também já lá teve de se deslocar. Teve também a oportunidade de avaliar os serviços e a sua gestão, e o que é certo, é que o programa funcional está a ser cumprido. Isso é o que vale. Aqui não está.

LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, disse que ia falar num problema que nos afeta e que se prende com o abate de árvores que se está a fazer na margem esquerda do Tâmega, na zona do Ribeirinho e que tem sido alvo de comentários. A mim próprio perguntaram-me se sabia o que se estava a passar. Informe-me junto das entidades competentes, nomeadamente da Câmara e soube, junto do senhor Vice-Presidente que este abate está apoiado num parecer técnico, que se permitem passo a ler e que é de uma arquiteta paisagista funcionária da Câmara que diz o seguinte: "na

sequência da análise ao património arbóreo localizado na margem esquerda do rio Tâmega, concretamente no Largo do Ribeirinho solicito autorização para o abate de doze árvores. Naturalmente da forma como se processa chamou muito a atenção. “Trata-se de dez árvores da espécie Ruvinea Pseudo Acácia, que é uma espécie invasora e duas da espécie Populus Negra. As árvores em causa evidenciam sinais que poderão conduzir à queda das mesmas, nomeadamente podridões ao nível do colo e parte aérea, forte competição intra específica, inclinação acentuada para zona de circulação de pessoas bem como elevada densidade de ramos secos. Por forma a salvaguardar pessoas e bens solicita-se com carácter de urgência a abertura de um procedimento interno para aquisição de serviços de arboricultura ornamental para a execução dos referidos abates”, foi com base nisto que a Câmara entendeu mandar proceder ao abate das árvores. Fica assim prestada a informação.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por dizer ao senhor deputado Manuel Pinheiro que a parcela de terreno que ele referiu na sua intervenção é uma parcela da Câmara, embora exista lá uma que é privada. Naquela parcela que é da Câmara os nossos Serviços estão neste momento a fazer um projeto não só para lá, mas também para outros terrenos que temos espalhados no centro da cidade, para os requalificar. Vamos ver qual a possibilidade, e uma vez que estamos na era dos carros elétricos, de poder ali colocar um ponto de abastecimento para carros elétricos. O estudo é pertinente.

Relativamente à coluna de iluminação pública, que se encontra partida, foi dada na devida altura informação à EDP e segundo informação que tem, vai ser reposta esta semana.

Sobre as casas de banho para pessoas com mobilidade reduzida, "Eu também corroboro que Amarante não está preparada. Inclusivamente, em conversa com os técnicos pedi para que se fizesse uma avaliação de novas casas de banho. Algumas têm acesso por escadas e sendo assim, não estão preparadas para pessoas com mobilidade reduzida, para além de estarem quase todas em sítios escondidos. Pedi para que a partir de agora se façam casas de banho em sítios onde possam ser vistas e onde o vandalismo não ocorra com tanta facilidade. É minha vontade resolver este problema, porque numa terra que acolhe muito bem os visitantes é necessário haver este tipo de equipamentos. Apesar de haver poucas, há pelo menos uma que fica no mercado municipal. Relativamente ao VIA, já tivemos uma reunião e o que ficou acertado é que até final do ano as coisas vão manter-se como estão. Depois desse prazo vamos fazer nova reavaliação. Mas deixe-me dizer uma coisa, até no seguimento daquilo que já foi aqui falado; o VIA também foi pensado para dar resposta ao hospital. O anterior Executivo também estava preocupado com isso porque quem é Amarantino preocupa-se com questões que são comuns a todos. O VIA também tem esta preocupação social. Se os senhores, com as perguntas que me estão a fazer é para tentar saber se caso o VIA acabe com as viagens, elas vão deixar de ser feitas, tenho a dizer-lhes que a Câmara vai manter pelo menos o circuito para o hospital nem que para isso tenha de pagar alguma coisa à empresa. Eu só quero descansar os senhores deputados. É que não é preciso vir cá o Dr. Pizarro para me dizer como é que se faz o transporte para o hospital. Mas desse senhor falarei mais à frente. Para se estar na política é preciso saber-se ser político. É preciso considerar os órgãos e não vir cá do Porto, armado em D. Sebastião e tentar denegrir as instituições que temos em Amarante.

Continuou a sua intervenção para dizer ao senhor Deputado Hugo Carvalho que é verdade que a ecopista está a precisar de ser arranjada. As últimas enxurradas

puseram-na num estado muito crítico. Houve derrocadas e uma delas provocou danos na ecopista. Pensa que esses problemas já estejam resolvidos. Entretanto, os Serviços já estão a fazer um outro projeto, porque vai ter de se requalificar toda a ecopista, porque as guardas laterais, em madeira, estão a ficar todas podres. Vão ter de ser substituídas para que se mantenha a segurança. Há sempre uma equipa permanente na ecopista que vai efetuando a manutenção, mas não é suficiente para a manter em condições. Vai ter de ser reforçada. Também reconheço que o Município tem de assumir uma maior despesa com aquele equipamento de grande interesse para Amarante.

Relativamente à ARU irá responder o senhor Vice-Presidente.

Disse ainda ao senhor Deputado José Joaquim que as obras das P3 provavelmente estarão prontas no início do próximo ano escolar de modo a que os alunos possam de novo ali voltar. Aliás a DGEST já nos perguntou para quando a conclusão tendo-lhes sido respondido que serão feitos todos os esforços para que reabram no início do próximo ano escolar.

Disse ainda à senhora Deputada Octávia Clemente que pelas palavras dela, o Dr. Pizarro veio cá a Amarante dizer que estamos equivocados, porque afinal estávamos a fazer esforços pela Linha do Tâmega, quando isso é uma competência do Governo. Eu ontem estive a ouvir o que aquele senhor disse e ouvi-o tecer uma série de considerações negativas relativamente ao senhor Presidente da Câmara, e a senhora vem aqui dizer que ele tem toda a razão. A seguir vem falar-me do hospital. Esse mesmo senhor vem lançar críticas sobre o hospital. Mas ele não sabe que o hospital também é da competência do Governo e não da Autarquia? Afinal em que é que ficamos? Afinal quem é que está equivocado? É o senhor Presidente da Câmara? São os senhores deputados? Entendam-se e digam de uma vez por todas o que é que querem? Isto não pode ser conforme vos dá jeito. Se dá jeito dizer que o senhor Presidente da Câmara não tem nada a dizer sobre o comboio, porque é assunto da competência do Estado, então que esteja calado. É um disparate andar a pressionar os sucessivos Governos para que Amarante venha a ter comboio. No hospital, em que ele até diz que teve grandes responsabilidades, porque até foi o cérebro daquilo que hoje temos, aqui sim, já o senhor Presidente da Câmara devia andar em cima do Governo e exigir que coloquem mais médicos. E diz outra coisa surrealista; “façam chegar lá as pessoas”. Pelas palavras dele, até parece que fomos nós que escolhemos aquela como sendo a melhor localização que Amarante tinha para o hospital. Um sítio estratégico, o melhor para o desenvolvimento de Amarante. O eixo viário é fantástico. Mas enfim. Depois a seguir exigem que o senhor Presidente da Câmara leve para lá as pessoas. Podiam ter dito ao Dr. Pizarro, (porque de certeza que ele não se ia lembrar de vir para cá dizer as atoardas que disse), que levar as pessoas ao hospital foi uma das primeiras preocupações do senhor Presidente da Câmara. Podiam também ter-lhe dito que ele está a conseguir manter o transporte das pessoas através do VIA, sem ter até hoje, despendido qualquer participação financeira. Hoje, falar do hospital dava para todo dia. Seria um assunto delicioso. Terei muito gosto em falar do hospital e daquilo que os senhores fizeram, ou melhor não fizeram e andaram a encobrir durante muitos anos, deixando chegar o hospital à situação em que se encontra. Como agora se está a aproximar o ato eleitoral, daqui por ano e meio, querem ver se conseguem desviar as atenções. Não vão conseguir porque eu vou lembrar todos os Amarantinos aquilo que os senhores fizeram. Sobre esta matéria e sobre muitas outras. Estejam descansados.

Eu só lhes peço que sejam sérios.

Relativamente à barragem, eu sempre tomei posições públicas sobre a barragem. No dia 18, não falei à comunicação social porque estava em Paris. Depois disso já tive reuniões com os meus colegas de Celorico e de Mondim de Basto para trabalharmos a situação da barragem. É público aquilo que eu tenho andado a fazer. No dia 14 de

maio estive com o senhor Ministro e disse-lhe tudo o que pensava em relação às duas situações que possam vir a acontecer. Temos que ver as duas possibilidades, que é o facto de vir a acontecer e o facto de não vir a acontecer. A acontecer, é preciso saber o que é que eu vou exigir. Não acontecendo é preciso sabermos também aquilo que podemos exigir para Amarante. Eu estou sempre a pensar na defesa de Amarante e dos Amarantinos, na terra que me elegeram. Os debates vão ser uma delícia e eu tenho resposta para todos.

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que foi eleito como Deputado Municipal, logo com poderes para fiscalizar e acompanhar a atividade da Câmara. As suas intervenções nunca foram no sentido de acabar com o VIA, mas sim contribuir para melhorar o serviço. Agradecia que isso fosse tido em conta e não mais do que isso.

Entretanto o senhor Deputado **Alcino Carvalho e José Joaquim** disseram que prescindiam do tempo de uso de palavra de que ainda dispunham e cediam-no à Câmara para que alguém do Executivo pudesse responder a algumas questões que ficaram pendentes.

AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra disse ao senhor Presidente da Câmara que quem inaugurou o hospital foi o Dr. Paulo Macedo. Portanto quem está mal informado é o senhor Presidente da Câmara.

Quanto às palavras do Dr. Manuel Pizarro, o que ele disse foi que era ridículo fazer promessas daquilo que é da competência do Governo.

Relativamente à barragem continuamos a não saber qual a posição pública do senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPAS – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que já toda a gente sabe que a minha posição, é contra. E também é contra até pelas posições que tenho tomado. Eu tive o cuidado de dizer ao senhor Ministro quando reuni com ele no passado dia 14 de março, que se não fizerem a barragem não basta dizer que não a fazem. É preciso acautelar o que é que vai acontecer a montante no rio Tâmega. Quando foi feito o estudo das cascatas da barragem foi pensado para Fridão uma barragem de jusante que serviria para regularizar o caudal. E o que eu fico preocupado é que se agora o Governo avançar com as três barragens e não pensar no impacto ambiental que isso causará, Amarante poderá ficar irremediavelmente perdida. O que eu peço, é que em vez de os senhores andarem com essas atoardas, juntem-se a mim na preocupação que tenho na defesa do rio Tâmega, porque é isso que eu ando incessantemente a fazer.

Por isso é que eu defendo duas versões. Se for feita, está em jogo aquilo que eu vou reivindicar. Se não for feita é importante saber-se o que também vou reivindicar. Estejam descanados que eu não me vou esquecer de quais são os meus deveres. Seja ele o Governo que for. Aquilo que eu disse ao atual Ministro, já o tinha dito ao anterior. Se tiverem dúvidas, perguntem aos cinco Presidentes de Câmara envolvidos, dos quais três até são do Partido Socialista e eles testemunharão aquilo que eu acabo de lhes dizer.

Relativamente à questão da insua do Tâmega, estou à espera que o caudal do rio baixe e em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente – APA, vou pedir autorização para fazer a limpeza. Vamos primeiro remover o que está caído. Os Serviços estão neste momento em articulação com três entidades, uma delas tem a ver com o projeto Rios da responsabilidade do engenheiro Pedro Teiga para tentar ver qual a melhor solução para remover os infestantes da ilha e fazer novo plantio. É

preciso haver toda uma programação, para a podermos limpar. Já sei que depois de limpa vêm as críticas da parte das pessoas que sabem muito bem que há coisas que demoram muito tempo. Mas enfim. Estamos empenhados em resolver o problema. Até que nasçam novas árvores a ínsua não vai ficar muito bonita, mas não há outra solução. Por isso é preciso um projeto que será supervisionado pela APA.

Dadas estas explicações, o senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor Vice-Presidente que relativamente à ARU disse que a da zona central da cidade está na fase de desenvolvimento da operação de reabilitação urbana. Esse desenvolvimento está a ser feito por uma equipa multidisciplinar em que uma parte importante é feita pelos recursos humanos da Câmara. No início houve alguma dificuldade porque as pessoas não tinham formação, mas com o tempo foram aprendendo a trabalhar nesta matéria. "Penso que dada a fase em que o processo se encontra, muito brevemente será apresentada ao Executivo. Isto não é uma matéria fácil, porque como também estamos a desenvolver o PDM. O PDM, é um instrumento que tem de ser trabalho em conjunto com a ARU para que tudo venha a fazer sentido. Existem dois elementos que são importantes e que recentemente foram assinados. São os contratos do PARU e do PMUS. O PARU é o Plano de Ação de Reabilitação Urbana. O PMUS é o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Estas duas ferramentas devem na medida do possível dar a máxima coerência à operação de reabilitação urbana.

Estas ferramentas devem estar perfeitamente integradas para que façam algum sentido de modo que o plano seja exequível em conjunto.

Estamos também numa fase preliminar para a área de reabilitação de Vila Meã em conjunto com o senhor Presidente da Junta de Vila Meã para elaborarmos um documento que possa ser submetido ao Executivo o mais brevemente possível. Estamos igualmente a fazer o mesmo para Vila Caiz. Estamos também na fase da ARU complementar para a área central de Amarante, mais concretamente para a zona histórica da cidade. Entendam que estamos numa fase preliminar que terá de evoluir para depois seguir todos os trâmites legais para chegarmos ao final e podermos ter uma nova dinâmica económica que será boa para todos".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que as intervenções do PS são sempre centradas na defesa de Amarante e dos Amarantinos.

A suspensão da construção da barragem não é suficiente. É preciso saber como é que vai ficar Amarante com a construção das barragens a montante. Temos de estar todos preocupados, nomeadamente com as questões relacionadas com os impactos ambientais. O Executivo devia tomar uma posição definitiva acerca do assunto.

Relativamente ao VIA, o que importa saber é se os horários são os mais ajustados, principalmente nos que servem o hospital. Agora, não nos agrada nada, e a intervenção vai nesse sentido, é continuar a ver o autocarro andar vazio no centro da cidade.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato às **intervenções do público**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTONIO ALCINO NORTE SIMÕES, que no uso da palavra começou por dizer que registava com agrado algumas das questões anteriormente colocadas, sendo que algumas já foram respondidas, nomeadamente as que têm a ver com a barragem, porque é essa a razão que me traz aqui.

As questões ambientais também me preocupam e acho que devem preocupar todos os amarantinos. Fico contente por saber que o senhor Presidente da Câmara

vai interpelar os representantes governamentais sobre esta questão. Também registo com agrado que tanto o PS, a Câmara Municipal e o PSD, se opõem à construção da barragem. No entanto, e já há muito tempo que se fala na existência de um contrato entre a EDP e Câmara Municipal, contendo cláusulas de contrapartidas pela realização da obra. Assim, e para total esclarecimento e transparência dos atos da Câmara Municipal, perguntamos: Existe ou não tal contrato? A ser verdade quais as contrapartidas incluídas nesse contrato e se do mesmo pode ser dado conhecimento público?

Usou de seguida a palavra a senhora **ELISA ANTUNES**, para dizer que queria colocar uma questão sobre a Orquestra do Norte. Há alguns meses atrás, notícias vindas a público davam conta das dificuldades financeiras porque passa a Orquestra do Norte, pondo em causa a sua continuidade. Estavam em causa são só os salários, a relação contratual com alguns dos elementos da orquestra. Ao que parece esta situação seria motivada pela suspensão de subsídios a atribuir pelo Ministério da Cultura do anterior Governo. Reconhecendo a importância cultural para o Município, pergunto a V. Exa: Esta situação já se encontra colmatada permitindo a continuação da sua atividade? As outras Câmaras acionistas têm contribuído para a persecução deste projeto?

Usou de seguida da palavra o senhor **JOÃO CARVALHO**, que na sua intervenção referiu as Águas do Norte e as anomalias constantes com as faturas. As pessoas continuam a receber faturas do ano anterior, ou com meses de atraso. Os valores que lá constam quase nunca têm a ver com valores reais e quase sempre pecam por excesso. Perante reclamações, nunca a empresa repôs os valores. Há Municípios a receber faturas com mais de seis meses, e como atrás disse, com valores exorbitantes e quase sempre calculados por estimativa, já para não falar de um acréscimo diferenciado de tarifas.

Perante todos estes problemas, que medida, ou medidas, pensa o Executivo tomar para com a maior brevidade possível para minimizar estes impactos negativos?

Inscreveu-se também para usar da palavra o senhor **JORGE PEREIRA DA SILVA**, que alertou para a saída da A4 para Cepelos. No mínimo deviam ser colocadas placas sinalizadoras a indicar as freguesias à volta da saída, bem como a indicação do centro da cidade. Para quando a construção de uma rotunda naquele local?

Solicitou à Câmara que interceda junto das Estradas de Portugal, de modo a sensibilizá-los para a colocação de casas de banho na zona de descanso do Marão, que está bonita, mas falta essa importante infraestrutura.

Referiu-se de seguida à atual postura de trânsito, que tal e qual como está, veda a entrada das pessoas na cidade. Mais gente traria mais negócio para Amarante. Devia poder entrar-se na cidade por Santa Luzia. O sentido descendente seria muito melhor para Amarante.

Solicitou ainda ao Executivo que junto ao mercado tente criar um lugar para cargas e descargas para que as pessoas possam, em dia de mercado, parar o carro para carregarem as compras.

Perguntou porque é que a comunicação social não tem estado presente nas Assembleias?

Referiu também o negócio das águas e qual a possibilidade de o reverter?.

Terminou a intervenção alertando para a necessidade da construção de uma rotunda junto ao novo hospital, para que o acesso e a saída sejam mais rápidos. A solução que lá se encontra não faz grande sentido. Há a necessidade de criar uma solução que permita a entrada imediata na variante.

De seguida usou da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: «senhor presidente tem-me “mimoseado”, “brindado” com palavras, do género «ele gosta de vir aqui à frente falar» (já la iremos)

ou «vem para aqui brincar», de maneira que para dar um ar sério, “gravitis” (grave) resolvi vir com “toilete” (indumentária) melhorada, quase que antecipando um deputado do seu partido que dizia à pouco que se verifica-se o que se discutia ele apareceria com tal adereço para o tirar (chapéu), ora eu apareço desta forma para, como disse, dar seriedade (contrariando a opinião do senhor Presidente que acha que eu venho para aqui brincar, de qualquer forma digo-lhe, parafraseando António Aleixo, «sem descer no meu critério digo verdades a rir aos que me mentem a sério»; aquando da morte de Miguel Portas, Miguel Esteves Cardoso numa crónica homenagem catalogava-o de “malandro sério”, ora, salvaguardando as devidas distâncias, poderei vir aqui brincar (como diz o presidente) mas com seriedade e boa fé, funcionando a indumentaria (toilete) como autenticado da seriedade à minha participação)

Existe uma outra razão para esta minha forma de aparecer, e passo a explicar: na 1ª assembleia desta camara (decorria o ano de 2013) o meu irmão quando levava a minha mãe ao centro de saúde ao deparar-se com um jovem arrumador teve esta tirada «sabe uma coisa, anda mais arranjado aquele desgraçado que ali vai do que o seu filho quando vai à camara (assembleia)», quando soube disto disse-lhe «deixa lá pá, não foi o poeta (Pascoaes) uma vez confundido com um mendigo pela empregada de casa dum dos amigos (não sei se Leonardo Coimbra, se Sampaio Bruno) quando este os ia visitava ao Porto a fim de se encontrar com eles?»; já agora aproveito para contar um caso que se passou com um conhecido aquando do exame de código da carta de condução e que ilustra de forma cabal esta confusão (“toileticamente” com intelectualmente); como dizia, este meu conhecido ia fazer o exame de código e o senhor da escola de condução (Sr. Freitas) recomendou-lhe: «Eduardo, você, prá manhã, prepare-se, não deixe ficar a escola mal, OK?», o meu conhecido preparou-se (arranjou-se) de fato e gravata, ou emprestado ou comprou, e lá foi para o exame; não sei se por estar nervoso, se por estar mal preparado (inseguro da matéria), o certo é que “apanhou uma raposa”; quando o senhor da escola o encontra e conforta insiste «mas de verdade que você se preparou?», ao que o meu amigo, olhando-se de cima a baixo, “inocentemente” diz-lhe «ainda mais, senhor Freitas?», e com que custo, digo eu, porque não sei se ele comprou propositadamente o fato para o acontecimento (exame do código) se lho emprestaram; moral da estória, não confundamos preparados “toileticamente” com preparados intelectualmente (e postura séria) embora nem sempre com “toilete” (indumentaria) condizente;

Quanto ao “mimo” «gosta de vir aqui à frente falar...» numa outra assembleia, gostaria de lhe dizer que não preciso de me por em “bicos de pés”, não estou a pedir-lhe nada, é um direito que me assiste (a todos os munícipes), e deixe que lhe diga, este seu comportamento leva-me a ter dificuldade em reconhecê-lo, pelo menos por aquilo que dava a entender antes de ser presidente e com certeza o senhor reconhecerá que não se revê em certas atitudes que aqui tem tomado; como ainda à pouco um deputado chamava-o à atenção para o tom desproporcionado, ríspido, estridente (quase berraria) fazendo lembrar o mestre-escola doutos tempos; digo-lhe que comigo isso não funciona, se acha que me intimida, me faz desistir de cá vir, engana-se redondamente, dá-me ainda mais força; se usa-se uma linguagem de desafio, de rufia, dizia-lhe «há duas coisas que não tenho, uma é medo a outra é dinheiro no bolso», mas como sou mais de paz e de concórdia prefiro a máxima de D. António Ferreira Gomes, o celebre bispo do Porto, «de joelhos diante de Deus, de pé diante dos homens», que lhe era muito cara.

Já agora devolvo-lhe a questão: e o senhor gosta «que eu venha aqui à frente falar»? não me parece, atendendo às muitas questões que levanta à mesa sempre que alguém do público aqui vem, ou porque tem que ter conhecimento antecipado das perguntas, passando pelo modo como devem ser feitas, até ao ponto de considerar que assuntos podem ou não ser abordados nesta assembleia; portanto, senhor

presidente, como estará lembrado numa sessão de esclarecimento a propósito da barragem de Fridão, organizado pela camara anterior, um elemento do gabinete de imprensa boicotou (cretinice) a minha participação, o senhor é testemunha; em todo o caso tenho seríssimas dúvidas se no caso da participação do público depende-se do aval de Vossa Ex.^a não estariam em causa este direito elementar da democracia (participação do público), dando-se o caso de em tempos uns camaradas do partido a que o senhor pertence, afetos à lista contrária a da concelhia, só porque escreviam num jornal local e onde criticavam veementemente (chegando-o a achincalhar, reconheço) o presidente da concelhia, na pessoa de Vossa EX.^a, a AEA (Associação Empresarial de Amarante) sem mais comprou o dito cujo (jornal) e desta forma calou de vez as vozes que lhe eram desfavoráveis.

Quanto às questões elas são as seguintes: o Insticoop que gere a escola profissional António Lago Cerqueira foi criado propositadamente para esse fim? como o próprio nome indica a sua cooperação tem alvos preferências, e estou a lembrar-me da CPLP, ou a sua área de ação é o mundo?

Mais uma vez senhor presidente diga-me o que obstaculiza a que se atribua o nome de Pedro Gomes e João Marinho ao troço Amarante-Codeçoso da ecopista cuja tutela está sob a alçada do município?;

Li um artigo na imprensa local em jeito de sugestão cujo título é -Crónicas das Aldeias-Serra do Marão, Volta a Portugal- e que em traços gerais sugere o arranjo da estrada Alto de Espinho-Senhora da Serra em concertação com os municípios que assinaram o Protocolo de Intenções do Marão (Santa Marta, Régua, Baião, Mesão Frio, Vila Real e nós) para futuramente apresentar-se uma candidatura a final de etapa da volta a Portugal, acho a ideia interessante, e o senhor que me diz?

Por último interveio o senhor **DANIEL BESSA PINTO**, que fez a seguinte intervenção: “Na Assembleia do dia 22/12/2015, após a minha exposição que aqui proferi, o senhor Presidente da Assembleia, pronunciou-se de forma direta nas minhas costas, dirigindo-se à funcionária Ilda Bessa Pinto, que não se encontrava neste invento para se poder defender, com uma **frase lapidar**, mas muito deselegante, e em tom jocoso. (Frase menos própria para ser proferida pelo representante máximo deste Concelho).

Não é que alguns cidadãos Amarantinos, já não tenham sido ofendidos por palavras iguais ou de quilate superior vindo da pessoa em causa.

Naquele momento, senti, que aquela frase era um grito por Vossa Excelência proferido, dirigindo-se aqueles seres vivos arrepiantes que eu já em tempos tinha referido, aqueles que fazem o trabalho menos digno.

Sendo o senhor eleito, como garante da imparcialidade, não é correto da parte de Vossa Excelência proferir tal frase, é uma forma hábil de lançar um ataque a essa funcionária com consequências graves para a sua honra para o seu bom nome e dignidade, deliberadamente pondo em causa o profissionalismo da funcionária.

Ex^a Camara, Senhores Deputados, Ex^o Público. Quero exprimir aqui a minha revolta sentida naquele momento, e deixar lavrado aqui em ata o meu protesto pela frase aqui proferida, (coitada da Dona Ilda). É a demonstração cabal, daquilo que esta funcionária ao longo do tempo tem sofrido, (com mais de 28 anos de funcionaria municipal), ao ser perseguida e humilhada com estes ataques ferozes, lançados por quem nos governou.

Ex^o senhor Presidente da Camara nessa mesma exposição aqui proferida dirigi-me a V. Ex com uma pergunta muito precisa, muito concreta que V. Ex^a não respondeu, não lhe vou pedir que me responda agora, porque se o fizesse, tanto a pergunta, como a resposta, seria extemporânea, mas senhor Presidente não deixei de registar e tomar boa nota pelo seu silêncio.

Ex^o Senhor Presidente, em 1991, um cineasta norte-americano realizou uma longa-metragem, tinha como título, (**O silencio dos inocentes**), em nada igual ao seu

silêncio aqui demonstrado. Senhor Presidente, não me alongarei mais, mas não deixarei de lhe formular uma nova pergunta.

Pergunta:

Senhor Presidente, perante todas as minhas exposições anteriores, o Senhor Presidente vai ou não seguir os mesmos passos o mesmo caminho do executivo anterior, vai ou não autorizar que outros debaixo do seu olhar pratiquem os mesmos atos, perseguindo-a e coagindo-a psicologicamente, no seu local de trabalho, prejudicando-a deliberadamente na sua vida privada, como cidadã e como funcionária Municipal”.

Como não havia mais ninguém do público inscrito, foi então dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para que este pudesse responder às questões que lhe foram colocadas.

JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por dizer que relativamente às questões que lhe foram colocadas pelo público, "Questões concretas e que eu tenha condições de responder, nomeadamente àquilo que o Dr. Norte Simões falou e que são as preocupações com a Barragem e em especial com as questões ambientais, que é uma preocupação de todos os Amarantinos. Obviamente que o Executivo está empenhado em ver e acompanhar de perto toda esta questão da barragem. Vamos continuar a tomar medidas, porque continuamos muito preocupados. Por acaso não é só o Município de Amarante que comunga destas preocupações. Os Municípios a montante, apesar de terem uma posição contrária à nossa, uma vez que são a favor da construção, estão apesar disso preocupados também com as questões ambientais. Nesta questão fazem parceria com Amarante.

Relativamente à questão do contrato celebrado entre a EDP e o Município de Amarante é verdade que existe não um, mas dois contratos. O montante, se não estou em erro, andarà à volta de 5,7 milhões de euros. Este contrato foi aprovado aqui na Assembleia Municipal. Estes contratos dizem respeito às contrapartidas que a EDP daria pela construção da barragem. A filosofia do contrato era a seguinte: nos projetos candidatados ao ON, a contrapartida nacional viria deste protocolo. Estamos a falar de um investimento que na altura em que foi pensado era superior a 30.000.000 de euros, porque a contrapartida nacional inicial era de 5,7 milhões de euros. Neste momento, o cenário está todo alterado porque o ON já nem sequer existe. Neste momento é o programa 20/20. No entanto há neste processo uma reflexão que todos os Municípios envolvidos deverão fazer. Há aqui uma faixa onde nada nem ninguém pode fazer seja o que for. Nem o Executivo pode fazer qualquer intervenção ao longo do rio, uma vez que o PDM está suspenso para aquela zona, nem os privados poderão fazer ali qualquer investimento. E já lá vão oito anos. Isto é preocupante e não pode ser tratado com a ligeireza com que tem sido tratado, quer da parte da EDP quer do Estado. Não podem fazer de conta que as pessoas não têm direito a uma resposta. Eu também não tenho ainda uma resposta e por isso concordo com o desafio que é lançado que é saber para quando uma decisão sobre o futuro da barragem. Não podemos andar nesta questão mais três anos. E entendam que isto não é pressionar para que seja feita. Agora, estas populações não podem ficar impedidas de fazer, por exemplo, obras de recuperação nas suas casas. Só em Mondim há 40 famílias à espera. Dá a ideia que lá em baixo, em Lisboa, se tomou a decisão de adiar mais três anos, não havendo para isso grandes explicações. É altura de se saber se se faz ou não. Isto é preocupante e por isso eu corroboro dessa preocupação. Portanto, Dr. Norte Simões, o contrato existe e por isso posso ceder uma cópia, porque o assunto não é segredo para ninguém. Foi votado aqui na Assembleia e como tal pode ser tornado público".

Seguidamente, disse à Dra. Elisa Antunes que em relação à Orquestra do Norte, há questões que não lhe poderá responder porque são do foro privado da associação. E continuou, "No entanto vou responder-lhe a algumas questões objetivas que me colocou. Nunca esteve em causa a possibilidade do corte do subsídio dado pelo Governo à Orquestra. Aliás, na devida altura, eu pedi uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Cultura, onde me fiz acompanhar pelo senhor Maestro e por mais alguns elementos da Associação Norte Cultural e foi decidido manter o subsídio que já vem de há muitos anos. Ainda hoje vigora essa deliberação. Relativamente ao futuro, não sei, mas acredito que continue a vigorar porque se o Governo suspender o subsidio a Orquestra fechará de imediato porque não há condições financeiras para a poder suportar. Nós tínhamos pedido uma reunião com o anterior Ministro da Cultura. Entretanto ele saiu. Há já um novo Ministro e vamos pedir uma nova reunião. Aliás, ficou de tratar disso o senhor Vereador da Câmara de Guimarães, que conhecia muito bem o anterior Ministro, mas que certamente conhecerá também este e como parte interessada procurará que essa reunião se faça tão depressa quanto possível.

No entanto, há um problema estrutural na Orquestra que vem de há muitos anos que é o facto de acumular neste momento uma dívida muito grande. Esta situação é igual à de uma empresa. Se andar toda a vida a acumular dividas, há-de haver um momento em que alguém manda parar e dizer que é preciso mudar a filosofia de gestão e tentar salvar a empresa, que é aquilo que neste momento é preciso fazer para salvar a Orquestra. Há duas soluções: uma é mandar fechar porque a dívida ronda um milhão de euros. A outra é refazer todo o plano de negócios da instituição e cortar onde for possível cortar, tendo como base um plano de gestão mais eficiente. Neste momento é o que estamos a fazer. Vamos ver o que é que vai acontecer este ano. Vamos tentar reduzir consideravelmente os prejuízos para encetar uma melhoria em termos de gestão. Quer Amarante, quer Guimarães, estão interessadas em salvar a Orquestra. Se houver algum bom senso e se outros Municípios acederem a colaborar connosco nesta causa, eu acredito que a Orquestra poderá continuar por muitos e longos anos. E acho importante que continue, porque esta Orquestra faz um trabalho muito bom, nomeadamente em Amarante. Mas tem aguentado apenas com a colaboração de Amarante e Guimarães.

Acreditando na recuperação do país, e não se sabendo se as Câmaras vão ter ou não mais folga financeira, pode até vir a ser possível apostar um pouco mais na cultura. Pelo menos da parte da Câmara de Amarante, iremos claramente continuar a apostar na cultura porque é o nosso dever e a nossa obrigação".

Disse de seguida ao senhor engenheiro João Carvalho que relativamente às Águas do Norte, tudo o que ele disse é a constatação de factos e é pura verdade. Há aqui uma desarticulação completa entre a estrutura que emite as faturas e aquela que as envia aos clientes. Todos os Municípios que fazem parte deste acordo com as Águas do Norte mostraram já a sua indignação e o protesto pela forma como isto está a ser trabalhado. E não só com o que às faturas diz respeito. O nosso CIAC tem tentado ajudar os Amarantinos no sentido de os ajudar a reclamar das situações com que se vão confrontando. Aliás um Município aqui ao lado já fez um protesto público, porque a situação que se vive é mesmo muito má. A Administração das Águas do Norte tem consciência disto. Estão-nos sempre a dizer que tudo isto vai ser rapidamente resolvido, mas o que é certo é que ainda não está. Mas passa-se o mesmo na execução das obras. Tem havido queixas das Juntas de Freguesia a dizer-nos que sempre que rebenta um tubo, vão repará-lo, mas demoram muito a repor o pavimento. Depois a culpa é sempre da Câmara, que afinal nada tem a ver com esta situação. Há até pessoas que com alguma graça, já plantam árvores nos buracos que vão ficando. A Câmara, muitas vezes, quando as situações deixadas se tornam um

perigo, faz a reparação. Isso custa dinheiro e já começam a ser muitas. Brevemente vou começar a mandar à empresa as faturas para que as paguem.

O Município de Amarante está atento e eu estou cada vez mais indignado com esta situação. Se a situação se mantiver, é altura – e aqui os senhores do Direito melhor o saberão – de pormos em causa um acordo que ninguém cumpre enquanto os Amarantinos estão a ser penalizados. É impossível um acordo destes continuar a vingar quando a empresa não o está a respeitar, tornando a situação preocupante para os Amarantinos. Em tempo útil vou procurar dar uma resposta mais concreta aos Amarantinos, até porque já estou a trabalhar nesta situação.

De seguida respondeu ao senhor Jorge Pereira da Silva dizendo-lhe que relativamente à rotunda à saída de Cepelos já há um acordo com os proprietários, para se encontrar a melhor solução. A construção de uma rotunda não é fácil porque depende de autorizações de várias entidades. A Câmara só por si nada pode fazer. Se assim fosse, havia neste momento muitas obras que já tinham avançado. Mas isto não é de hoje. Foi sempre assim. Não desistimos da ideia e em termos técnicos estamos a trabalhar para que a obra venha a ser executada.

Quanto à postura de trânsito, dentro em breve irá à reunião do Executivo uma nova postura, que será depois posta à discussão pública. Foram várias as entidades consultadas acerca deste Regulamento. Era importante que todos os Amarantinos dessem a sua opinião por forma a encontrarmos a melhor solução.

Quanto à falta da comunicação social nas reuniões da Assembleia, não vou tecer qualquer comentário porque são entidades privadas. A Câmara não tutela a comunicação social. Aliás, já ouvi uma crítica a dizer que acabei com a comunicação social porque deixei de lhes dar dinheiro. E esta é uma crítica de alguém cá de dentro. Agora, era bom que estivessem cá.

Quanto à rotunda do hospital, penso que seria importante que tivesse sido na devida altura construída, mas neste momento não está nos planos da Câmara a sua construção.

Respondeu de seguida às questões do senhor António Adelino, a quem disse que ao contrário daquilo que ele pensa não lhe custa nada responder-lhe. "Quero que o senhor venha cá. Aliás até agradeço que o faça. Dizer que eu mudei de comportamento relativamente a si, digo-lhe que não é verdade. Sempre que pedir uma audiência comigo, sabe que o meu gabinete está aberto desde as nove horas da manhã até às nove horas da noite. Eu não sou sectário. O traje é que faz o monge. Não é verdade, muito antes pelo contrário".

Eu se calhar cumprimento muito mais rapidamente gente humilde como eu, porque tenho muito orgulho nisso e sei o que é "termos de fazer pela vida". Sei o que são aqueles rótulos – "é filho de... ou filho de...". O senhor quando faz algumas das acusações que faz ofende-me porque aquilo que diz é totalmente falso. Eu nunca tentei dizer que o senhor não podia aqui falar, até porque não é minha essa competência. Ela é do senhor Presidente da Assembleia. Agora também não fico contente quando vejo aqui algumas atoardas, ou quando diz que a Associação Empresarial de Amarante comprou um jornal. Quero dizer-lhe que nunca fui diretor da A.E.A., apenas fui um técnico que ali colaborou. Aliás sempre disse aos senhores diretores que a Associação foi criada para servir outros fins que não o da comunicação social. O tempo deu-me razão. Eu não vou aceitar, quando o senhor vem dizer a meu respeito coisas com as quais eu não concordo porque isso não é justo. Eu sempre procurei responder com aquilo que sabia e eu nem sempre estou preparado para lhe responder de imediato a algumas das questões que me coloca. Algumas das questões que me coloca estão no site da Câmara. Tem ali toda a informação que deseja. Agora senhor Adelino não pense que vou ficar satisfeito quando vem fazer este tipo de considerações a meu respeito.

Terminou este período dizendo ao senhor Daniel Bessa Pinto, que nunca perseguiu ninguém. "Nem persigo. Quando aqui cheguei fui falar com os funcionários que estavam a ter um desempenho mais ou menos adequado com as funções que lhes estavam atribuídas e reposicionei-os. A todos os funcionários, mesmo àqueles em que até podiam surgir dúvidas no futuro, sobre possíveis perseguições, eu pedi para que mandassem o pedido de reposicionamento por escrito, para que um dia se eu for acusado seja do que for, possa estar documentado e poder vir dizer que foi a pedido, uma vez que nunca tentei mudar fosse o que fosse sem que o funcionário o quisesse.

Nunca foi feito isso com a sua esposa, nem com a esposa ou o filho de ninguém. Isso nunca irá acontecer da parte deste Executivo. Não quer dizer que às vezes goste do desempenho de A, de B ou de C. Isso é diferente. Isso é meramente técnico e para isso existe a avaliação de desempenho por parte dos chefes. Agora, aqui só quero bons profissionais. Não quero políticos. Os políticos estão aqui. Lá fora só quero técnicos a exercer bem as suas funções. Não podemos confundir política com desempenho, porque aí já estamos a tratar de outra coisa. Nunca perseguirei ninguém e quero que aceite esta minha resposta para o futuro como sendo sempre certa".

Terminado este período passou-se de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando assim cumprimento à Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS SERVIÇOS E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015 E RELATÓRIO DE GESTÃO E Apreciação DE BENS E INVENTÁRIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Não irei discutir o maior ou menor rigor dos documentos de prestação de contas. As contas estão normalmente certas, até porque também foram validadas. Vou tecer algumas análises de sensibilidade que me parecem ser importantes em primeira instância e em segunda instância. Uma análise política daqueles números, que para mim, e no entendimento do PS, são importantes até pelos valores que representam.

Em primeiro lugar registar que as contas são positivas para o Município o que se deve registar. Mas há alguns parâmetros que devo referir. Devemos distinguir a execução orçamental, da execução orçamental das GOP'S. E a execução orçamental das grandes opções do plano é significativamente inferior, é de cerca de 73%. E se olharmos para as duas rubricas em particular, que dizem respeito ao ordenamento do território e reabilitação urbana a execução é de 6,4% e no que diz respeito à coesão territorial essa é apenas de 58%. São valores que nos devem fazer refletir porque são muito importantes dentro daquilo que são as grandes opções do plano. E também devo dizer que se a taxa das grandes opções da execução do plano é de 73%, em muito empurrada superiormente pela rubrica da educação que tradicionalmente tem compromissos que são assumidos e pela necessidade que há desse investimento, tem uma execução alta. Portanto, se 73% já não me impressiona muito, ainda me impressiona menos quando são empurrados para cima pela execução da rubrica da educação. Um outro aspeto que gostaria de referir tem a ver com o investimento que é feito em cultura. Ainda hoje ouvimos o Presidente da Câmara referir aqui e muito

bem que a cultura deve ser um pilar em Amarante. Concordamos com todos os esforços. Mas também olhando para o orçamento e para a execução orçamental que foi feita sobre a rubrica da cultura, eu percebo que um investimento de 23 euros por cada cidadão amarantino na área cultural, parece-me muito pouco para aquilo que nós podemos e queremos estruturalmente para o nosso concelho. Portanto, também deixo uma nota sobre este valor.

Um outro aspeto que quero analisar também tem a ver com os impostos locais que passaram de 2012 a 2015 de 46% para 56% das receitas próprias. É evidente que as receitas próprias também diminuíram e por isso também reduzem este valor em termos percentuais. Mas também é certo que entre 2012 e 2015 há um aumento de 700.000 euros em impostos locais. É algo em que eu também refleti porque tendo o Município boa saúde económica, não podemos esquecer este valor. São cerca de 700.000 euros de aumento em impostos.

Uma nota apenas acessória e que tem a ver com uma receita de 147.000 euros referente ao contrato de emprego e inserção do IEFP. Eu gostaria que esta receita não existisse porque acho que é um tipo de trabalho que não dignifica o emprego que eu defendo. Se não aparecesse não fazia diferença porque até não se estranharia nada.

Apenas uma nota relativa à juventude porque gosto de falar deste tema verifiquei nos documentos que há uma execução financeira de 87% numa rubrica denominada Fórum Municipal da Juventude. Agora, eu gostaria que o Fórum Municipal da Juventude se tivesse realizado, uma vez que eu não tenho conhecimento de que se tenha realizado. Estranho que haja uma execução de 87%, num evento que eu gostaria que tivesse existido e se existiu foi em moldes que desconheço.

Uma outra nota no que diz respeito à execução financeira naquilo que concerne ao pavilhão da Escola Amadeo de Souza-Cardoso, cuja execução orçamental é de zero por cento. Outra nota que diz respeito à execução orçamental do projeto das Piscinas Municipais tem uma execução orçamental de zero por cento.

Numa análise mais política do que representa para o PS este relatório de contas, é aqui que se vê o posicionamento desta Câmara. Permite que o PS faça o contraponto daquilo que faria diferente. E há aqui aspetos que são muitos importantes. A destacar: O PS não regista com satisfação que hoje se transfiram para órgãos que não são sufragados diretamente, valores superiores àqueles para órgãos sufragados diretamente. Falo das transferências que são feitas para as Juntas de Freguesia, que são legitimadas politicamente e que têm capacidade para absorver mais recursos na sua execução.

O segundo aspeto que é muito importante para o PS debater prende-se com o que o senhor Presidente da Câmara disse em campanha eleitoral e reafirmou-o nesta Assembleia, que o Parque Florestal era um projeto âncora para o desenvolvimento do concelho. Desconheço qualquer execução orçamental nesse âmbito. Se era um projeto âncora, então tem de admitir que o seu programa eleitoral estava errado, ou então esteve errado ao longo destes últimos anos. Também quero dizer que o senhor Presidente da Câmara sempre disse que era um homem de planeamento. Se é um homem de planeamento ou não, não sou eu quem vai tecer essas considerações. Se Amarante deve ser uma cidade de planeamento, eu acho que deve ser. Mas também vejamos o que diz o documento de prestação de contas a este respeito: Plano de Pormenor do Rossio execução orçamental de zero por cento. Plano de pormenor da Barbeita, na Lomba, execução orçamental de zero por cento. Plano de pormenor da Ribeiro do vale do Queimado, execução orçamental de zero por cento. Plano da envolvente da Igreja de Figueiró, execução orçamental de zero por cento. Plano de Pormenor da Urbanização de Amarante, execução orçamental de zero por cento. Plano de Pormenor da Urbanização de Vila Meã, execução orçamental de nove por

cento. Outros Planos, execução global de zero por cento. É isto que considera para um Município com planeamento? Eu não considero.

ANTONIO JORGE RICARDO – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Ao analisar os documentos de prestação de contas do ano de 2015, documento este essencialmente técnico, elaborado por técnicos e atualmente alvo de certificação legal de contas que mereceu o parecer favorável da empresa LCA-Leal, Carreira & Associados SROC. Politicamente, pode-se analisar se o que foi previsto no Orçamento e no PPI foi ou não alcançado, quais as margens de execução concretizadas.

Mas o que faz o PS? Confesso que ao ler a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista fui novamente certificar-me se a mesma correspondia a este documento, pois contas são contas. O PS continua a privilegiar e continuar com uma oposição de meros casos, de questiúnculas e de procedimentos, isto é, uma oposição apenas focada na pequena árvore. Confesso, que é uma forma de fazer política que em nada dignifica os agentes políticos e, sinceramente, muito menos quem adota tais comportamentos.

As demonstrações financeiras foram ou não foram preparadas de acordo com os princípios e critérios contabilísticos definidos pelo POCAL e refletem ou não refletem a execução do Orçamento do Município de Amarante para 2015? Claro que sim.

A execução dos documentos Previsionais de 2015 cumprem ou não cumprem o Princípio do Equilíbrio Orçamental, confirmado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve antever os recursos indispensáveis para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes? Cumprem senhoras e senhores Deputados.

De realçar, que mesmo com a diminuição de recursos financeiros, houve o total cumprimento dos compromissos e não existiu qualquer dificuldade perante a Lei dos Compromissos e dos pagamentos em Atraso.

Os resultados do ano financeiro quer sejam orçamentais ou patrimoniais são positivos, facto que tem de ser assinalável atendendo à conjuntura económica e financeira vivida no país.

E a situação financeira do Município é sustentável ou não?

Após a análise às contas de 2015 e, como contas são contas, vejamos:

- **Rácio de Liquidez Geral** - que Indica a aptidão do Município para satisfazer os seus compromissos a curto prazo. Quanto maior que 1, mais desafogada é a situação do Município. Pois bem, o Rácio de Liquidez Geral é de 1,74.

- **Solvabilidade do Município** - Indica a capacidade em solver os seus compromissos totais. Este rácio deve ser superior a 1. Pois bem, o Rácio de Solvabilidade do Município é 4,14.

- **Autonomia Financeira** - Indica o grau de independência em que se encontram os ativos perante os respetivos Capitais Próprios. Sendo o valor inferior a 1, ressalta a ideia que os ativos pertencem muito mais a terceiros do que ao Município. Pois bem, em 2015 o Rácio de Autonomia Financeira é de 3,14.

Relativamente à contabilidade orçamental que é vista numa ótica de caixa (recebimentos versus pagamentos), verificamos que em 2015, registamos uma boa taxa de execução da receita de 85,9% e da despesa de 83,8%. Podia ser melhor? Todos queremos que seja sempre melhor.

Quanto à execução da receita, verificamos uma taxa de 94% referente às receitas correntes e 75% de receitas de capital. Quanto à execução orçamental da despesa, obtivemos uma taxa de realização 93,5% de despesa corrente e uma taxa

de 66,4% de despesa de capital. Claro que aqui temos margem para melhorar, mas não tenho dúvidas que é também essa a vontade do executivo.

De salientar a diminuição de receitas totais em 2.270.173€ face a 2014, proveniente essencialmente da diminuição da venda de bens e serviços e transferências de capital. Na despesa verificou-se uma diminuição de 2.146.479€, essencialmente devido à diminuição dos custos com pessoal, aquisição de bens e serviços e ainda com juros e amortização de dívida.

De salientar ainda, que durante o ano de 2015 o executivo apenas utilizou 500.000,00€ de empréstimos bancários tendo 4.950.000,00€ de empréstimos de médio e longo prazo para utilizar. O valor total de empréstimos em 31-12-2015 era de 6.017.071,52€, um dos valores mais baixos de sempre. Mesmo com todas as restrições à contração de empréstimos o Município dispõe ainda de uma margem disponível considerável.

Verifica-se um saldo de gerência muito significativo a transitar no valor de 4.248.109,80€, o que nos permite concluir que iremos ter uma boa execução em 2016.

Termino realçando três áreas que absorveram cerca de 57% da despesas efetuada, áreas essas decisivas para um futuro cada vez melhor:

- Educação – 23,80%
- Coesão Territorial - 19,00%
- Juventude e desporto – 14,00%"

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, a senhora deputada disse que apesar do documento que agora estamos a analisar ser um documento técnico é através dele que se faz a análise política da atuação do Executivo. O parecer do ROC faz algumas recomendações que devem ser tidas em conta.

Disse ainda que não receberam a documentação ou um CD com a descrição de todo o património. Pela análise que se faz aos documentos percebe-se que esta não seria a postura do PS. Por isso o PS vai abster-se.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que: “Quero realçar aqui o facto do senhor deputado Hugo Carvalho ter dito que é necessário mais investimento na cultura, o que eu também acho, apesar de ir por aí ouvindo que Amarante está sempre em festa e que se paga tudo a toda a gente, e que só se pagam festas e romarias. A cultura é isso tudo e por isso também registo o facto de se dizer que é preciso mais investimento na cultura.

E depois, quanto ao que se falou que não está feito, eu também fico preocupado com muita coisa que não está feita, mas também devemos ser pragmáticos e justos, porque não podemos exigir que em dois anos e meio se façam coisas estruturantes que há muitos anos estavam por fazer. De todos os planos que falou, é verdade que já há muitos anos deviam estar feitos. E quando falou em piscinas e pavilhão, isso é engraçado porque nos programas do PS essas obras já vêm anunciadas desde 2003. Pelo menos já em 2009 diziam que iam fazer as termas, que iam recuperar o Solar dos Magalhães, que iam recuperar a Avenida Alexandre Herculano, que iam fazer as piscinas, que iam fazer o pavilhão da Escola Amadeo de Souza-Cardoso. Nas GOP, tenho quase a certeza que a recuperação do Cine-teatro já vem desde 2001. As termas já têm um projeto para aí com 25 anos. O posto da GNR igualmente. Tenho agora a certeza que será feita, porque o senhor Deputado estará ligado a isso. Eu compreendo e também estou preocupado. Não podemos é exigir que em dois anos e meio se faça o que não se fez em vinte e cinco anos. As

coisas são como são. E as obras de envergadura e a maioria das coisas estruturantes na minha modesta opinião estão por fazer nesta terra, mas estão nos planos todos. O Plano de Pormenor do Rossio, há quantos anos é falado? O Plano de Pormenor da Baseira há quantos anos é falado? O Plano de Urbanização de Vila Meã idem. Eu compreendo e partilho a sua preocupação, mas em dois anos e meio não se pode fazer tudo. Se nós em dois mandatos o fizermos, ainda levamos muito de ganho. Aquilo que vocês não fizeram em vinte quatro anos e nós o fizermos em oito, já ficamos muito à frente.

Queria realçar de forma muito séria a análise do senhor Deputado Dr. Jorge Ricardo, que eu agradeço porque aprendo com esta análise que contrapõe a declaração muito demagógica dos senhores Vereadores do PS na Câmara, mas enfim, cada um defende o que quer defender, e é até ofensivo nalguns casos. As contas foram certificadas e obtiveram parecer favorável. Por isso é que eu peço à bancada do PSD que vote favoravelmente as contas".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que "Com toda a franqueza e honestidade eu não sei se o problema é da minha juventude que me faz olhar para o futuro e por isso é que estou a discutir o futuro, ou se o problema é do Deputado Araújo que está a referir o passado e quer viver do passado.

E é isso que também hoje tem de se referir aqui nesta Câmara. Eu posso muito bem querer debater o hospital, a linha do Tâmega, podemos querer debater todos os temas, por uma razão simples, eu tenho orgulho daquilo que foi feito no passado. Mas aquilo que me vai aqui ouvir dizer é que eu quero olhar para o futuro e se o senhor deputado Araújo nesta Assembleia, seja como Vereador, seja como Deputado Municipal, no passado discordava de algum aspeto, exigindo a resolução imediata de todos os problemas, acho que hoje é preciso ter um grande sentido de irresponsabilidade para também nesta Câmara não exigir a esta Autarquia que hoje nos governa o mesmo que exigiu no passado. Portanto, senhor Deputado a mim não me poderá acusar de incoerência, mas eu posso acusá-lo a si de incoerência relativamente a estes temas.

Mas eu devo dizer o seguinte: é que o PSD quando concorreu às eleições, concorreu com um programa eleitoral. Concorreu com um programa eleitoral porque acreditava que era diferente do PS e que podia fazer aquilo que o PS não tinha sido capaz de fazer para o concelho. Os Amarantinos deram-lhe razão. Pois é, agora é o momento de nós os deputados do PS, exigirmos aquilo que os Amarantinos nos solicitaram, é tempo de lhes mostramos a confiança que depositaram em nós. A confiança de fazermos uma oposição com responsabilidade e com seriedade. Portanto, Deputado Araújo se quer fazer política com seriedade questione a sua Autarquia sobre aquilo que considera certo para o concelho e que não tem capacidade de executar. Se quer ser sério com esta Câmara deixe o PS pedir a prestação de contas àqueles que têm a obrigação de governar o nosso concelho. E depois vir aqui dizer; e já nem falo da intervenção inicial relativamente às comemorações do PS no 25 de Abril, e às declarações de pessoas externas ao concelho de Amarante, foram de uma deselegância que eu reconheço. Mas agora falo relativamente àquilo que disse neste púlpito pouco antes de mim. Disse que ouviu umas vozes a dizer que a Câmara faz muitas festas, então isso também é apostar na cultura. Devo dizer-lhe que quando um decisor político se decide não ser o pólo inspirador para uma estratégia cultural para o concelho nunca ambicionará a ser uma referência cultural. Aquilo que se exige a uma Autarquia é que tenha um plano estruturado para a cultura no nosso concelho, porque se há aspeto onde Amarante deve primar é na área cultural. É no Prémio Amadeo, é no Prémio Teixeira de Pascoaes é na Orquestra do Norte entre muitos outros. É no trabalho que fizemos

para construir a participação dos cidadãos Amarantinos nesta política cultural, na forma como envolvemos a nossa cidade, os nossos cidadãos nesta política cultural que quisemos para o nosso concelho.

Agora, o Deputado Araújo vem falar em festas e festinhas. Muito bem. Isso não tem nada de estratégico para o futuro, nem tem a ver com uma estrutura cultural. Tenho dificuldade em perceber a intervenção que aqui fez nesse domínio. Mas deixe-me dizer-lhe que se o Município se propuser a fazer tudo o que diz em dois mandatos, quero dizer-lhe duas coisas: primeiro, não estou a contar que este Executivo faça dois mandatos. Esta é a mais certa. A segunda, é que também está a dar um grande atestado de incapacidade aos seus colegas que não lhe fica bem. E se levou tão a mal aquelas afirmações um pouco exaltadas, admito-o, do Presidente da Distrital do PS, certamente que este é um insulto subtil ainda maior.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que vinha de novo à tribuna para responder ao senhor Deputado Hugo Carvalho. "O Deputado Araújo vem aqui responder ao senhor Deputado Hugo Carvalho. Eu nunca o tratei por Carvalho. Admiro-me por me começar a tratar por Deputado Araújo. Não sei se é propositado ou se é mesmo deselegância intencional. Mas isso passa ao lado. Agora, dizer que eu não tenho sentido de responsabilidade nem coerência isso eu não lhe admito. Primeiro porque você não tem idade para isso. Segundo, não me conhece de lado nenhum. Terceiro, não aceito lições de moralidade de si, nem de ninguém nesta casa. E sabe porquê? Por uma coisa muito simples, é que eu não preciso da política para nada. Ouviu senhor Deputado! Ao contrário do senhor, não preciso da política para nada. O senhor disse que eu não tenho sentido de responsabilidade, disse que sou incoerente e agora não gosta de ouvir. Agora vai ouvir tudo. Eu estou aqui por uma questão de convicção e por gostar de Amarante e por querer que Amarante se desenvolva, está a ouvir senhor Deputado? É por isso que estou aqui. Não tenho agenda pessoal nenhuma. Se for preciso amanhã vou embora. É claro que vocês não vão ter saudades minhas, mas não é por aí. Não admito a si que é um miúdo que venha aqui fazer acusações deste tipo. Agora vão ouvir tudo até ao fim.

Neste instante o senhor Presidente da Assembleia disse que não admitia insultos, ao que o senhor Deputado respondeu que não estava a insultar ninguém, para continuar a dizer que quando dizem que "Não tenho sentido de responsabilidade e que sou incoerente, eu não tenho o direito de defender-me? Então não me imputem coisas pessoais. Eu sempre tive o sentido de responsabilidade, e no anterior mandato e em todas as minhas funções públicas, enquanto Vereador da oposição sempre tive o sentido da responsabilidade e não fiz o que o senhor veio aqui dizer. Não fiz. Ajudei. Onde está que eu exigi tudo ao mesmo tempo? Eram coisas que estavam há vários anos para ser feitas. Diga onde está dito que eu exigi tudo ao mesmo tempo se faz o favor, como o senhor veio aqui afirmar. Não, pelo contrário, não fiz o que o senhor disse. Nem tive falta de sentido de responsabilidade, nem tive incoerência. Sabe o que é que eu fiz? Ajudei o Executivo a governar. Se assim não foi que me desmintam. Ajudei o Executivo do PS a governar. Colaborei, cooperei. Ajudei sempre que me foi possível numa posição sempre construtiva. Se não que me desmintam. Percebeu senhor Deputado? Lições de moral do senhor que pensa que agora que foi para Lisboa e que já as pode dar, isso não aceito. Antes do senhor estar em Lisboa eu já estive durante muitos anos".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, disse que ia usar a figura de defesa da honra e queria que ficasse registado em ata. "O senhor Deputado Araújo convive mal com a democracia,

mas conviva bem com a boa educação. Eu tenho a certeza que nesta Câmara, nesta sala, seja da parte da Mesa, seja da Câmara, seja dos Vereadores e dos Deputados aqui presentes, tenho a legítima certeza, porque acredito na democracia e na boa fé, que poucas pessoas subscreveram as suas palavras. Eu quero que num gesto de boa informação, num gesto de lucidez que às vezes o tempo e a calma nos leva a fazer, peça para que não seja colocado em ata as afirmações que proferiu, que não dignificam a si, esta Câmara e nenhum senhor Deputado aqui presente. Que a lucidez do tempo, da calma e da frieza, o façam retirar a afirmação que fez".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que quem não tem honra é que não precisa de a defender. "Vamos lá ver senhor Deputado se elevamos o tom do debate e fazemos as coisas de forma séria. O PS não se revê na forma como o senhor Deputado vem aqui tratar os Deputados da bancada do PS e designadamente o senhor Deputado Hugo Carvalho. É um Deputado desta Assembleia e merece todo o respeito, tal como todos aqueles aqui presentes. Ninguém se revê nessa atitude nem nessa forma deselegante com que atacou o senhor Deputado Hugo Carvalho, que muito tem feito, quer pela bancada, quer pelo Partido, tendo sido reconhecido para desempenhar outras funções, fruto do seu trabalho e nada mais. O PS apenas vê essa sua forma de intervenção quase como que um desespero daquilo que foi uma intervenção política séria, feita com base nas contas e nos documentos que aqui foram apresentados, e que, até foram reconhecidos por um Deputado da sua bancada, que falou a seguir e que apesar de discordar dos valores finais, efetivamente reconheceu que foi feita uma análise séria, e por isso, o PS neste momento a única coisa que se lhe oferece dizer relativamente à sua intervenção, é que aguarda um pedido de desculpas ao senhor Deputado.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então dado início ao período de respostas e esclarecimentos da parte do senhor Presidente da Câmara.

JOSE LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CAMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente disse que os documentos podem ser analisados de uma forma técnica, mas é evidente que também devem ser analisados politicamente. "E permitam-me que possa explicar algumas coisas que possam acontecer mais rapidamente ou serem mais lentas.

Nós vivemos um período em que houve transição no quadro comunitário, que tarda em chegar. Eu acho que os senhores também são pessoas atentas e não iriam aceitar que o senhor Presidente da Câmara avançasse com alguns equipamentos sem tentar perceber se poderia ou não cabimentá-los em quadros comunitários e ter apoio financeiro para a sua execução. E como eu tenho de ser coerente com aquilo que sempre disse no passado, e da falta de oportunidade que muitas vezes o Executivo tinha de não aproveitar fundos comunitários, eu, desde que cheguei, tudo aquilo que eu possa aproveitar eu aproveito. Claro está que há aqui alguns equipamentos que já não são da minha responsabilidade, como por exemplo o pavilhão da escola Amadeo de Souza-Cardoso, porque como sabem a escola já foi construída há muito tempo e na altura pressupunha que fosse feita a construção do pavilhão. Na devida altura não foi feito e não lhe sei responder agora porque é que não foi feito. Essa construção é da responsabilidade de outra tutela e não da Câmara. Eu neste momento também estou preocupado e julgo que não há ninguém que não queira que aquele pavilhão seja feito e inclusive já tentamos reavaliar o projeto no sentido de diminuir ao custo porque achamos também que é exagerado, para tentar perceber depois como é que vamos cabimentar ou vamos sobrepôr àquilo que é a responsabilidade da Tutela ou da Câmara.

Relativamente aos diversos planos, eu concordo consigo. Acho que temos de planear. Eu também estou preocupado com o futuro do nosso Município. Claro que estes planos que aqui frisou vêm já de há muitos anos e vêm no sentido da descontinuidade. O único que teve um desfecho foi o da Baseira, mas que a determinada altura parou, para não mais ter continuidade. Isto influenciou também a iniciativa privada e também por aí o plano não teve mesmo condições para continuar. No entanto, o Município de Amarante está a trabalhar no sentido de poder dar corpo a algumas situações nomeadamente à questão da piscina municipal que será naquele território, porque sempre entendi que o parque desportivo devia estar agregado todo no mesmo sítio e depois faz sentido que com a política de desenvolvimento que nós queremos e que vai ter obviamente ao rio e a toda a requalificação da zona ribeirinha de Amarante, uma vez que é algo que eu sempre defendi e continuo a defender. É isto que neste momento está a ser trabalhado afincadamente por forma a podermos vir a ter a possibilidade de fazer uma candidatura que possa ajudar a financiar todo esse investimento que queremos fazer. Mas para lhe dizer que não pense que este Executivo não está a refletir e a desenvolver alguns planos que achamos essenciais, mal tomamos posse avançamos com o plano de urbanização de Vila Meã porque achamos que era prioritário. Está em bom andamento e dentro em breve irá ter o desfecho que pretendemos. Avançámos por uma razão muito simples. Havia o eixo central de Vila Meã que era prioritário e de que hoje alguns nos dizem que não avança, mas os senhores sabem porque é que ainda não avançou. Está o concurso aberto e o processo de expropriação dos terrenos para avançar ainda neste Executivo e não é com atoardas de mau tom, dizer que nós tínhamos projetado uma via em que tinham de andar a subir e a descer escadas e andar de marcha atrás. Isto é ridículo. O senhor Presidente da Distrital do PS do Porto, devia ter dito que essas considerações eram ridículas. Isso não existe. A única coisa que decidi, foi ponderar um projeto em que qualquer arquiteto ou engenheiro pode apresentar, e eu apesar de não ser engenheiro nem arquiteto, posso dizer: se calhar não podíamos fazer de forma diferente? E eu, como é meu apanágio decidi abrir a discussão. E decidi abrir aos senhores Vereadores, perguntando-lhes o que é que achavam? Eu acho que não devia ter uma pendente de 14% e alguns senhores Vereadores concordaram comigo. Numa atitude democrática, que é como eu sei ser, achei que num determinado troço, (que não tem de andar de marcha atrás, nem tem que andar a subir e a descer escadas), devíamos ver a possibilidade de uma alternativa. Toda a gente corroborou com o sentido de bom senso que eu tive de analisar um aspeto que é técnico, que é pedir um traçado de estrada com que toda a gente concordou, mas que afinal quem alertou fui eu.

O Plano de urbanização de Amarante irá ser feito após estar concluído o de Vila Meã.

Relativamente ao Parque Florestal ainda não obteve um destino. E até vou pedir-lhe os seus bons ofícios no sentido de me ajudar. Eu passo a explicar porquê. A primeira coisa que eu fiz foi começar a trabalhar no projeto do Parque Florestal. Em duas vertentes. Uma delas no Parque Florestal em si e a outra seria depois no Parque da Cidade. Mas aí pressupõe outras coisas; a aquisição de terreno, mas em conversa com os senhores Vereadores estes entenderam que este momento não seria o mais oportuno, até porque eu queria envolver aquilo na ARU, mas até o retirei. Eu até sei que não há nenhum Amarantino que não queira a renovação do Parque Florestal. Encetamos negociações com quem de direito, que é o ICNF. Estava tudo em andamento e de acordo com aquilo que é a nossa vontade, igual ao que foi feito em Vila Real e noutros Municípios, haveria uma cedência em regime de comodato da parte do ICNF para a Autarquia. Acontece que houve uma mudança de política do anterior Governo que entendeu de um momento para o outro (quando nós já tínhamos tudo tratado para avançar com esse acordo), que não devia continuar com este tipo

de política e que teriam de vender o equipamento que lá estava instalado e portanto é deles a responsabilidade. Mudaram completamente as regras. Perante isto perguntei então por quanto é que queriam vender? Até agora, em várias reuniões com o ICNF o que foi dito é que estavam a encontrar o modelo. Portanto, estou ainda à espera que o ICNF me responda. A questão está agora do lado do Governo e não do lado do Município. Só tem que nos fazer chegar as regras que vão seguir. Eu estou com esperança que o atual Governo inverta aquilo que foi a decisão do anterior. Estou à espera de uma resposta para a submeter ao Executivo, para poder dar seguimento a um projeto que eu quero fazer avançar e que estou em querer que todos os senhores Deputados desejem que se avance, porque é chegada a altura para que aquele espaço nobre da cidade tenha uma requalificação condizente com aquilo que é a vontade de Amarante e dos Amarantinos. Eu não desisto, e até vou muito mais longe. Quando diz que eu apresentei um programa aos Amarantinos e que se ficou por aí, devo dizer-lhe que não ficou. Eu vou muito mais longe e repare que para toda a zona ribeirinha há a vontade de fazer uma requalificação da margem direita do Tâmega desde aqui até Vila Caiz, que é um sítio fantástico e que julgo que vai ajudar a posicionar Amarante noutra segmento, bem como desenvolver vários projetos com várias candidaturas, onde até desafiámos os Municípios à volta. Até já somos nós a locomotiva da região, coisa que não éramos no passado. É que eu apresento uma proposta para que os outros Municípios se associem a nós para podermos avançar. Ainda há pouco tempo submetemos uma candidatura à União Europeia no valor de quatro milhões e meio de euros, promovida por nós e pela nossa equipa técnica. Queremos olhar para o futuro e criar emprego em Amarante.

Fala-se tanto que o setor agro-alimentar, e que pode ter um papel importante na região, e então foi aí que avançámos. A candidatura foi nesse setor. Estamos também a trabalhar na área do turismo. Inclusive, se virem as propostas que fizemos ao PROVER, vejam quais foram as âncoras que nós apontamos. Não basta dizer que todos queremos bem ao Marão. Não basta dizer que todos queremos desenvolver a Aboboreira. Nós pensámos, refletimos, planeámos e apresentámos uma proposta para desenvolver aquela região. Agora, claro que muitos dos projetos que eu tenho, são projetos de futuro, desse tal futuro que o senhor Deputado, e bem, exige que este Executivo faça. É com base nisso que toda a gente deve pedir que eu olhe para o futuro de Amarante, porque foi por isso que eu fui eleito. Não sei se irei ficar cá a seguir. O senhor tem a certeza que não. Eu não sei. O senhor gostaria que não. Se assim é, apresente uma proposta alternativa, apresente projetos e não seja só a negação daquilo que não conseguiram fazer até agora. E agora que este Executivo quer fazer algo de importante para o desenvolvimento deste concelho, estão a dizer – corta tudo porque não temos capacidade. Mas não temos o quê? Temos muito mais que aquela que os senhores tiveram em vinte e quatro anos, e de forma planeada. Nós sabemos o que queremos e acreditem todos os que estão nesta sala que nós vamos conseguir executar muito mais do que aquilo que era a nossa vontade inicial quando aqui entramos, porque cada dia que passa eu sei que Amarante pode ir muito mais longe. Em cada dia que passa eu sei que Amarante tem muito mais potencial. E eu acredito em Amarante e nos Amarantinos. Posso é não acreditar em alguns políticos, principalmente em políticos mal intencionados que só dizem mal e mentem aos Amarantinos. Mas se calhar agora não é altura de o fazer, porque se mentem aos Amarantinos, os Amarantinos tem o direito de saber quais são as verdades. Estamos a entrar no período quente. Para o ano é tempo de falarmos todos para ver se afinal andamos de marcha atrás ou marcha à frente.

Senhor Deputado eu aceito todos os desafios que me quiser fazer. E todas as sugestões que me queiram fazer, venham elas dos Deputados, dos Presidentes de Junta ou dos Vereadores, desde que possam ajudar a alavancar Amarante. Vou tê-las em consideração, e se exequíveis, vou executá-las. Eu não me sinto diminuído

quando me aparece uma sugestão boa e honesta e que ajude a desenvolver Amarante. E até faço mais, e para isso fica aqui o meu compromisso. Não me sinto diminuído porque sei de onde vim, sei o que sou e sei para onde quero ir e tenho sempre os pés muito bem assentes na terra. Sei que uma pessoa é recordada na vida por aquilo que é e por aquilo que faz. Não é em momentos aqui, dizendo duas ou três coisas que vamos ficar lembrados para o futuro. Eu acredito que esta minha passagem pelo Executivo, seja ela de quatro, oito ou doze anos, vai ficar marcada por aquilo que eu conseguir fazer. Em primeiro lugar porque acho que há aqui democracia e a esse respeito os senhores Presidentes de Junta sabem muito bem como é que eu os trato, sabem muito bem como é que eu artículo com eles. Temos planeamento, temos vontade, acredito nesta terra e acredito que este, e outros projetos, que nós temos desde o início vão ser executados. Alguns demorarão mais tempo que o esperado, até por uma questão de equilíbrio e razoabilidade. Vou esperar por isso, nem que seja no final do mandato, levando até que com essa espera eu possa vir a perder votos. A demagogia política já começou. Usando uma expressão do anterior Presidente da Câmara que dizia que -Anda tudo a dizer uma série de vacuidades -, eu, meu senhores, vou continuar a ser fiel ao meu princípio. Se eu puder ir buscar financiamento europeu, vou fazê-lo. E posso até perder votos, mas vou esperar pelo momento certo. Aquilo que eu souber que não vai ser possível, aí obviamente irei executar os projetos de acordo com a capacidade financeira da Câmara. É isso que irei fazer".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que o PS repudia as palavras do senhor Presidente da Câmara no que respeita ao passado e daquilo que foi o passado e a gestão do PS, acusando-o de falta de democracia. "Isso não é verdade, não corresponde à verdade e não lhe fica bem vir para aqui fazer essa acusação. Demonstre em que é que isso se verificou. Relativamente à questão das contas e àquilo que foi verificado, é que as transferências para as associações do Município são de valor superiores às transferências para as Juntas de Freguesia".

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra disse que: "Relativamente à minha intervenção anterior, queria dizer que eu fui provocado com aspetos pessoais. Falta de sentido de responsabilidade, é um aspeto pessoal, mexe com a minha pessoa. Ora uma das coisas que eu sempre preservei foi exatamente o sentido de responsabilidade e ainda por cima com um tratamento que eu ouvi aqui – *O Deputado Araújo* – . Eu quando me dirigi ao senhor Deputado, foi – *Senhor Deputado Hugo Carvalho* –que eu saiba. Como fui provocado a esse nível reagi. E vou reagir sempre. Nessa reação, quando sou ferido em termos pessoais, posso ter-me excedido, e aí eu retiro integralmente esse excesso. Não tenho nada pessoal contra o senhor Deputado Engenheiro Hugo Carvalho. Eu estou aqui a fazer política, e ainda por cima, por amor à arte. Eu nunca me zanguei com ninguém por causa da política. Nunca misturei o aspeto pessoal com o aspeto político. Por isso se tiver havido algum excesso, retiro totalmente esse excesso. Não retiro nem uma palavra da componente política, do sentido político daquilo que disse, e que foi que a maior parte das coisas que eram verdadeiramente estruturantes, já há muitos anos deviam estar feitas. Sei que há coisas não se podem fazer de um dia para o outro.

Corroboro da ideia que no futuro se faça isso tudo e que todos colaborem para que isso seja possível. A minha postura sempre foi essa e sempre assim será".

ANDRÉ MAGALHÃES – VEREADOR

No uso da palavra, disse que relativamente ao Fórum Municipal da Juventude ia fazer uma contextualização do mesmo e por isso começou por dizer que se realizou em 2015 e como é que se chegou à criação da rubrica e do projeto.

O nosso programa eleitoral refere o Fórum Municipal da Juventude e a ideia de Amarante criar um evento destinado aos jovens, com duas dimensões diferentes: Uma, é da formação dos jovens em termos de cidadania. A outra, numa dimensão mais lúdica, mais cultural e que permite posicionar Amarante como uma terra de juventude, não só para os Amarantinos mas também para aqueles que nos visitam. É este o objetivo e escrevemos isso no orçamento de 2015. No decorrer do planeamento e naquilo que foi discutido no Fórum Municipal da Juventude começamos a idealizar um evento destinado à juventude. Daí terem surgido dois eventos diferentes. Um deles foi o Hafest e o outro foi Band'arte. O objetivo do Hafest tinha por finalidade promover a dimensão lúdica e a pedagógica. O programa desenvolveu-se e ele teve maioritariamente uma dimensão lúdica. Teve ainda uma parte de sensibilização e também algumas conferências. Teve ainda uma parte do Orçamento Participativo Jovem a ser divulgada. Um dos objetivos que nós equacionamos em termos de balanço com base no Orçamento de 2015/2016, é que a parte da interação com os jovens no aspeto da formação pedagógica fosse reforçada para 2016. É esse o nosso objetivo. Foi criado um evento à volta da juventude, teve a duração de uma semana e este ano será realizado em julho. Queremos que tenha cada vez mais participação e seja um espaço de debate público para a juventude. Estes projetos em 2015 foram marcados a esse nível, o Hafest, o Band'arte e o Orçamento Participativo Jovem. Quando vemos a execução do Fórum, vemos que ele está associado ao Hafest.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 24, Votos a favor – 28**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

Nesta altura o senhor Presidente da Assembleia propôs a suspensão da reunião, uma vez que havia a necessidade de efetuar uma paragem para o almoço. Pôs a proposta à votação, e a maioria decidiu-se pela continuidade dos trabalhos.

Sendo assim passou-se ao ponto número três da ordem dos trabalhos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que a bancada do PS remete a decisão de voto para aquilo que foi a tomada de posição dos senhores Vereadores na Câmara e por isso vão optar pela abstenção.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse pelas razões já expostas aquando da discussão do orçamento, os objetivos estratégicos e programáticos estão a ser cumpridos e por isso a bancada do PSD votará a favor.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 24, Votos a favor – 24**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS - PARECER DO ROC SOBRE AS CONTAS DE 2015

Usou da palavra a senhora Deputada Dra. Octávia Clemente que disse que relativamente a este ponto a bancada se iria abster pelo facto de não terem recebido atempadamente a documentação.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 22, Votos a favor – 27**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2016

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse "Com todo o respeito que as minhas intervenções têm vindo a evidenciar sempre que venho aqui, e o respeito refere-se pela maioria ganhante, vencedora, compreendo toda as alterações, toda a forma como Executivo se projeta em função de uma visão estratégica, que supostamente tem, para o desenvolvimento do nosso Município, e também sei bem que não há nenhuma obra que se realize sem bons recursos humanos. A obra é fruto de pessoas. Não me vou alongar muito sobre esta questão, embora pessoalmente me pareça que há aqui alguns lugares criados e que porventura poderão vir a ser eventualmente redundantes. Mas a razão que me fez vir aqui é o facto de ter tido conhecimento, há uns meses atrás, que os camiões que fazem a recolha dos resíduos sólidos estarem em vias de vir a ficar parados por falta de recursos humanos. Na altura, a figura que se encontrou, suportada num parecer jurídico, foi a contratação de serviços de pessoas, que na minha opinião, não são prestadoras de serviços, são funcionários. Contrataram-se então alguns colaboradores sob a forma de prestadores de serviços. E quando eu pensava que esta alteração ao mapa de pessoal poderia, e deveria resolver, na minha opinião, esta questão, criando lugares para motoristas, verifico a dado passo no documento que suporta a proposta, que a solução para motoristas para veículos especiais está parcialmente resolvida. Em política as coisas nunca são parcialmente resolvidas. Ou se resolvem ou se encaminham para resolução. E julgo que este caminho para a resolução podia ter sido encontrado nesta alteração do quadro de pessoal. Eu pessoalmente acho que é uma desconsideração por uma carreira profissional, os assistentes operacionais. Todos os outros foram integrados e fizeram-se alterações no sentido de requalificar profissionalmente colaboradores que já cá estavam e que entretanto adquiriram outras habilitações académicas. Não valorizaram a de assistente operacional, que é necessária, que é constante, que tem tutela e que ao contrário do que diz o parecer jurídico, tem horário. Acho que é uma oportunidade perdida porque estou certo que este problema dentro de muito pouco tempo vai ter de ser resolvido de outra forma, porque não fica bem que os motoristas que conduzem os veículos de recolha do lixo sejam meros prestadores de serviços em desconformidade com tudo aquilo que é prática de gestão de pessoal na Câmara Municipal de Amarante.

O sentido de voto da bancada do PS acompanha a posição dos senhores Vereadores na Câmara e iremos abster-nos no respeito por quem tem a responsabilidade pela gestão".

Usou de seguida a palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que disse que todas as alterações que estão a ser feitas hoje resultaram da identificação das necessidades dos Serviços, não só na altura quando nós fizemos o projeto do quadro de pessoal para 2016, como agora com a alterações, fruto de um conjunto de circunstâncias, sejam elas da competência dos Serviços, sejam elas de uma análise interna e também do próprio Orçamento de Estado que entretanto foi conhecido mas que tem condicionantes.

A Divisão de Conservação do Território, tem efetivamente 5 lugares de condutores de pesados a prover. Eles já estavam no anterior quadro, portanto não há aqui nenhum reforço nesta matéria. O que havia eram dúvidas se a partir dos contratos de tarefas, se podia fazer esse provimento. Essas dúvidas eram de duas dimensões: Uma era saber qual a liberdade para fazer a abertura dos procedimentos, porque não sabíamos quais as regras do Orçamento de Estado, regras essas que podiam ser penalizadoras para a Autarquia. Outra, era sobre a questão do tempo, ou seja, os procedimentos que eram necessários fazer-se para o preenchimento das vagas, tendo em conta as necessidades que os Serviços tinham, e que obrigaram que fosse esta a solução encontrada (e já dada em tempo a conhecer em reunião de Câmara), uma vez que era a única forma de colmatar as necessidades de imediato. O objetivo passaria por fazer uma abertura posterior de um concurso para os lugares do quadro e que estão explanados na página três do documento.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 24, Votos a favor – 22**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUDITOR EXTERNO

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 0, Votos a favor – 46**. Aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO À DOLMEN COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA, CRL – ESTUDO DE VIABILIDADE

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 0, Votos a favor – 46**. Aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL RELATIVA AO AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES PARA A AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIBERALIZADO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: **MANUEL PINHEIRO** do **PS**, que disse que pela análise que fez ao documento gostaria de colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara. Pelo que percebeu do documento a Câmara Municipal de Amarante, associando-se na CIM com outras Câmaras, delegou nesta a abertura de um concurso internacional, custeando as despesas inerentes ao referido concurso. A primeira questão está parcialmente resolvida com base num parecer

jurídico, que tem a ver com o facto de que se um Município não pagasse, Amarante ficaria também livre desse pagamento. "Esta é uma questão que me parece pacífica.

A outra questão prende-se com o seguinte: dado que a Câmara Municipal tem um protocolo desde 1982, aquando da integração dos Serviços Municipalizados, onde estas matérias estão especificadas, e uma vez que eu sei que no total da faturação do concelho, a EDP entra com 8% para o Município, percentagem que depois é tida em conta no encontro de contas no pagamento da iluminação pública, a questão que eu quero colocar é a seguinte: Em algum momento este concurso colide com este protocolo"?

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou da palavra para dizer ao orador anterior que relativamente à segunda questão, não tinha de momento resposta para lhe dar. Iria analisar e far-lhe-ia chegar a resposta mais tarde. "Este concurso é aberto, mas depois não temos de dar seguimento ao processo se não ficarmos satisfeitos com o resultado. Nem sempre o agrupar quer dizer que se consiga baixar. Outros Municípios comungam do mesmo raciocínio. Só mais tarde será tomada uma decisão. Julgo que esta questão tenha também sido colocada na CIM".

Como não havia mais nenhum Deputado inscrito para usar da palavra passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 0, Votos a favor – 46**. Aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA UNIDADE INDUSTRIAL - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE S. VERÍSSIMO, LDA.

Como não havia mais nenhum Deputado inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra – 0, Abstenções – 0, Votos a favor – 46**. Aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

Como não havia mais nenhum ponto na agenda de trabalho, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram treze horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

